



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

APANHA-ME SE PUDES:
O SUJEITO SIMULADOR OBSERVADO POR UMA
PERSPETIVA CONCEPTUAL MISTA

FRANCISCO MARCOS RODRIGUES
VALENTE GONÇALVES

Orientador de Dissertação:
PROF. ANTÓNIO PAZO PIRES

Coordenador de Seminário de Dissertação:
PROF. ANTÓNIO PAZO PIRES

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor António Pazo Pires, apresentada no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia conforme o Despacho da DGES, no 29595/2008, publicado em Diário da República, 2a série, no. 223, de 17 de Novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor António Pazo Pires

Pelos momentos de discussão. Pela orientação e pelos conselhos. Pela liberdade que me proporcionou neste trabalho, mas que fez questão de acompanhar!

Ao Professor José Pereira da Silva

Pela provocação. Acima de tudo por me fazer pensar. Por me mostrar que nem sempre temos razão. Pelos momentos sempre ricos, e que me fizeram refletir e crescer a nível pessoal e académico!

Ao Professor Jorge Costa Santos

A sua receção a este trabalho não poderá ser esquecida.

Ao Dr. João Agante

Pela disponibilidade e amabilidade para com este trabalho.

Ao Professor Miguel Tecedeiro e à Professora Claudia Graça

Por todo o tempo dispensado. Pela vontade de ensinar e de ajudar a que este trabalho fosse o melhor possível realizado.

Um Especial Abraço!

À Dra. Alexandra Anciães

Minha Mestre e iniciadora na prática profissional. Pelos conselhos que me deu de modo amigo. Pela disponibilidade que sempre demonstrou!

À Dra. Manuela Marques

Pela sua incansável vontade de procurar nova literatura. Por todo o material que me fez chegar. Por toda a disponibilidade que me demonstrou!

Ao Instituto de Medicina Legal, I.P. – Delegação Sul

A todos os técnicos e funcionários deste instituto, pelo acolhimento durante este trabalho e pela ajuda prestada de forma incansável.

À Direção Geral de Reinserção Social – Lisboa

Pela disponibilidade que me foi transmitida pela direção e por todas as equipas que visitei durante a recolha de dados.

Aos meus amigos e companheiros académicos

Pelos momentos que partilhámos. Pela paciência santa com que aturaram muitas das minhas ideias, e me fizeram reconsiderar. Pela alegria e transparência com que foram verdadeiros, dizendo não e sim quando assim fosse necessário. Por me fazerem com eles crescer!

Tenho-vos comigo, sempre!

À minha família

Sem ela, eu poderia ser rico, mas não seria nem perto do que sou. Por me fazerem lutar pelos meus ideais.

A eles o meu maior Abraço!

Não me vais impedir de fugir?
Tu não vais fugir.
Como sabes isso?
(...)
Ora, ninguém está atrás de ti.

do filme Catch Me if You Can

RESUMO

A simulação é um dos comportamentos mais esperados de ocorrer durante uma avaliação psicológica em contexto forense. A perspetiva teórica dos profissionais condiciona o seu enfoque e procedimentos a seguir. Contudo uma visão rígida poderá condicionar uma recolha de maior qualidade sobre o sujeito avaliado. Procurou-se analisar a literatura referente a dois conceitos estritamente associados aos comportamentos de simulação, o impostor, advindo de um substrato teórico de origem psicanalítica, e o *malingering*, fundamentado pela perspetiva comportamental. Pensa-se que será a coesão de mais saberes que proporcionará uma compreensão de maior qualidade sobre o fenómeno em que o sujeito simulador está circunscrito. Assim, foi feita uma revisão dos pressupostos da avaliação psicológica em âmbito forense, da inimputabilidade no sistema jurídico português e dos conceitos impostor e *malingering*, onde o objetivo é o de juntar esforços e promover a interação de profissionais da psicologia forense, ainda que, com quadros teóricos de referência diferentes. As conclusões chegadas sugerem a necessidade de olhar o sujeito não só como um estudo de características de personalidade, mas sim pela compreensão destas características no seu funcionamento psíquico. É ao compreender como funciona o sujeito que poderemos observá-lo de modo detalhado, inserindo caracterialmente os seus traços comportamentais na dinâmica analítica do seu mundo externo e interno.

Palavras-Chave: simulação; impostor; *malingering*

ABSTRACT

Simulation is one of the most anticipated behaviors that can occur during a psychological evaluation in forensic context. The theoretical perspective of professionals affects their approach and procedures to follow. However a rigid view could constrain a collection of higher quality rated on the subject. We sought to examine the literature regarding two concepts closely linked to behavior simulation, the impostor, coming from a psychoanalytic substrate, and malingering, founded by behavioral perspective. We believe that is the cohesion of more knowledge that provide a higher quality to understand the phenomenon in which the subject simulator is. Thus, we performed a review of the assumptions in the forensic psychological evaluation, nonimputability the Portuguese legal system and the two concepts, impostor and malingering, where the goal is to join forces and promote interaction of professionals from forensic psychology, albeit with different theoretical frameworks. The findings suggest the need for arrivals look at the subject not only as a study of personality traits, but by understanding these features on their psychological functioning.

Keywords: simulation; impostor; malingering.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	P. 1
II. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	
EM CONTEXTO FORENSE: A SIMULAÇÃO	P. 3
III. INIMPUTABILIDADE	P. 5
IV. O IMPOSTOR	P. 7
V. MALINGERING	P. 14
VI. CONCLUSÃO	P. 20
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	P. 22

I. INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica é uma das ferramentas mais requisitadas em contexto forense. A sua elaboração depende da entrevista realizada (Singh et al., 2007), constituída pela recolha de dados e pela instrumentalização, apenas realizada conforme as hipóteses formadas de modo pertinente (Pereira da Silva, 1993). Durante as avaliações psicológicas, os enviesamentos nas respostas dadas, quer em testes ou na entrevista, são já esperados, havendo 10 a 20 % de comportamentos simulados neste tipo de avaliações, contra 1 a 5 % em contexto clínico (Wigant et al., 2011). Para dificultar mais ainda este tipo de avaliação sabe-se que atualmente com a informação disponível o comportamento de simulação é provável de ser mais facilmente tentado (Simões et al., 2010; Hall & Hall, 2012) ou até mesmo sugerido por terceiros, como advogados (Victor & Abeles, 2004; Wetter & Corrigan, 1995 cit in King & Sullivan, 2005).

O conhecimento sobre o sujeito simulador pode resultar de diferentes fontes de informação e perspectivas teóricas.

De uma visão psicanalítica surge-nos o termo *impostor*, ilustrado na sua maioria por estudos de caso (Deutsch, 1955; Finkelstein, 1974; Greenacre, 1958a, LaFarge, 2011). Nestes trabalhos os autores dinâmicos referem que este tipo de sujeito parece ter, geralmente, alguns conflitos desorganizados ao nível dos estádios da sua infância, onde processos dinâmicos do crescimento como o complexo de Édipo não são bem resolvidos (LaFarge, 2011; Steiner, 2011). Estas desorganizações promovem lacunas emocionais na estruturação do mundo interno do sujeito, assim como relações de ilusão para com o mundo externo (Bion cit. por LaFarge, 1995; Blum, 1981). Estas relações falsas promovem a defesa do self, apresentando um falso self ao outro, utilizando, conforme descreve a literatura, mecanismos de defesa tais como a racionalização, a negação e a clivagem do ego (Neto, 2007). A maneira como os sujeitos se vão defendendo é no entanto descrita como sentida pelo próprio simulador como falsa, uma vez que a ilusão é consciente, acontecendo o que parece ser uma compulsão em continuar a simular a sua identidade, o que nos leva a crer que parece existir uma dimensão neurótica no fenómeno impostor.

No que respeita à visão comportamental, um dos conceitos relacionados com a simulação é o conceito de *malingering*. Este é definido no DSM-IV-TR como “produção intencional de falsos, ou exagerados, sintomas, motivados por incentivos externos, como evitar o serviço militar ou a prática laboral, obter algum tipo de compensação, evitar responsabilidades criminais ou obter drogas” (APA, 2002). A investigação realizada até ao presente tem instrumentos psicométricos na identificação de *malingering* na atitude do sujeito

avaliado, sendo os mais reconhecidos o MMPI, o SCL-90-R, as Matrizes de Raven, a Escala de Inteligência de Weschler e SIRS ou o TOMM. As conclusões destes estudos têm, elaborado novos pontos de corte nos vários testes, detetado as estratégias utilizadas na atitude malingering e os sintomas mais referidos assim como as doenças mentais ou perturbações simuladas em maior número. Existem porém conceitos que se associam numa relação ténue à atitude malingering, e que por isso foram diferenciados, como as perturbações factícias ou o Síndrome de Munchausen. Por razões de ordem científica, a literatura sobre o malingering tem-se dedicado a definir com uma maior exatidão esta atitude, dividindo este comportamento, podendo o mesmo ser puro ou parcial.

Simões e colaboradores (2010) referem que a prevalência de sujeitos simuladores tem aumentado, e que por isso, é necessário mais olhares sobre este tipo de atitude. Daí a pertinência deste estudo assentar na tentativa de analisar o sujeito simulador não apenas de uma perspetiva psicométrica, mas englobando os traços obtidos através dos testes psicológicos na dinâmica psíquica do sujeito, i.e., observar o simulador de um panorama psicanalítico e comportamental, complementando as informações obtidas das duas visões. Enriquecendo o conhecimento e colmatando lacunas que visões rígidas e unidirecionais possam ter.

II. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM CONTEXTO FORENSE: A SIMULAÇÃO.

Uma das técnicas respeitantes integralmente aos profissionais de psicologia é a avaliação psicológica. Existe, contudo, uma máxima que achamos pertinente ser a principiadora deste capítulo, esta que nos alerta para o facto de que o psicólogo forense não é um detetive, e ainda que no estudo do sujeito, a função deste seja perceber o que é falso e o que é verdadeiro, não se menospreze perceber o porquê do sujeito tomar uma atitude de simulação, o que significará ela para o sujeito? O que sente o sujeito em relação a isso? Ou o que (incomumente) não sente? Por outras palavras, “a função do exame pericial, não é a de revelar a «verdade dos factos» nem a «verdadeira história» do sujeito mas sim a sua personalidade, a maneira como esses factos se inscrevem no seu psiquismo, a maneira como vive e do que desse viver reteve, ou ainda, de que é povoado o seu mundo interno” (Pereira da Silva, 1993). Assim percebemos que para além dos testes utilizados devemos lembrar um momento que é de extrema importância, se não o mais importante, para aceder da melhor forma ao sujeito que esteja na situação de incorrer num comportamento simulado, a entrevista forense. Singh e colaboradores (2007) referem, além da instrumentalização, dois momentos importantes na entrevista, (1) a obtenção de dados clínicos e históricos, e (2) a observação. No primeiro ponto, os autores referem que a recolha de dados deverá ser longa, detalhada, e mais importante, o mais rápido possível a seguir ao evento que é causa da avaliação forense, uma vez que para o sujeito malinger, reter alguns detalhes importantes ao longo do tempo é um processo sinuoso (Lo Piccolo, 1999, cit. por Singh et al., 2007). Além de recolher dados através da entrevista, outras fontes – chamadas de fontes colaterais – deverão ser entrevistadas, se pertinente, a fim de enriquecer a história relatada pelo sujeito (Hall & Pritchard, 2000, cit. por Singh et al., 2007). O segundo ponto referente à observação, dividindo-se em duas etapas, a observação durante a entrevista e a observação ao longo do tempo. Na primeira observação, na entrevista, deve o psicólogo estar atento a todo o tipo de comunicação – verbal e não verbal – Uma vez que tanto a comunicação verbal como a não verbal poderão ser excelentes indícios de veracidade de testemunho como indicam os vários estudos (Othmer & Othmer, Ekman, Willey, cit. por Singh et al., 2007) revistos pelos autores. Na segunda observação, ao longo do tempo, é desejável que o sujeito possa ser observado no seu contexto informal a fim de inferir sobre a permanência dos sintomas relatados. Outra ideia que os autores anteriores deixam é a possibilidade de se gravar conteúdo vídeo ou de áudio para analisar posteriormente.

A maneira como o psicólogo forense encara cada caso dirá respeito ao seu quadro

teórico, i.e., ao seu substrato de pensamento de análise. Existem diversos quadros de referência utilizados pelos profissionais de psicologia, de entre os quais, a psicanálise e a psicologia comportamental.

A psicanálise, ao descrever nas suas pedras basilares teóricas, noções como a de inconsciente e estruturas psicológicas como o id, ego ou superego, explica que, será aceitável dizer que existem pessoas com tendências criminosas e antissociais originadas por fantasias inconscientes (Sordi, cit. por Oliveira, 2010), marcando assim a sua importância e potencial para esclarecer algumas das visões básicas do direito em que o magistrado está inserido (Oliveira, 2010). A psicanálise interessa-se não pelo comportamento concreto em si, não pelo perfil ou personalidade catalogada, mas sim pelas “dimensões ocultas, numa perspetiva em que procurar a «verdade» que se esconde, por vezes, por detrás de negações, silêncios, de manifestações do registo comportamental (...) que subalternizam a realidade psíquica do arguido” (Pereira da Silva, 1994), i.e., pela dinâmica psíquica do indivíduo, o seu mundo interno e a relação com o mundo externo, é o complementar de todo esse conhecimento que vai possibilitar inferir sobre a sua personalidade, compreenda-se, maneira de ser e de estar. Os testes mais utilizados nesta corrente psicológica são, por norma, o Rorschach, o TAT e o CAT, este último para crianças e adolescentes

Por sua vez, a psicologia comportamental, apresenta o seu enfoque na perceção, memória, pensamentos e estados fisiológicos para analisar o comportamento humano (Braisby & Gellaty, 2012). Assim, esta perspetiva teórica especializa-se, no contexto forense, em perceber as características de cada indivíduo, analisando, consoante o caso judicial em questão, se estas foram fulcrais para condicionar o comportamento do sujeito a incorrer criminalmente, ou se existirão outras motivações ao nível de falsas crenças ou ideias erróneas. Através de instrumentos como testes de autorrelatos, os profissionais podem inferir sobre as perceções e representações do sujeito sobre si próprio e sobre os outros assim como as estratégias de *coping* utilizadas (Fernández-Ballesteros, 2004), i.e., a maneira que os indivíduos têm de se adaptar a condições adversas, como uma avaliação forense, uma vez que esta é ordenada pelo tribunal e não tem carácter voluntário nem terapêutico. Alguns destes testes que referimos anteriormente são os testes de personalidade como o MMPI, de sintomatologia (SCL-90), de inteligência (WAIS; Matrizes Progressivas de Raven) e de deteção de malingering (TOMM; SIRS; SIMS). É assim, através das características relevantes obtidas na avaliação psicológica que o psicólogo forense poderá tomar decisões sobre a personalidade do sujeito (Butcher, 2008).

Por fim, caberá ao psicólogo forense elaborar um relatório claro e conclusivo da avaliação realizada, respondendo assim às questões dos quesitos elaborados pelo pedido do

magistrado (Rovinski, 2011).

III. INIMPUTABILIDADE

O artigo 20º do Código Penal (CPP) Português enuncia as condições segundo as quais a inimputabilidade é definida no atual Código Penal Português. O número 1 deste artigo diz: *“É inimputável quem, por força de uma anomalia psíquica, for incapaz, no momento da prática do facto, de avaliar a ilicitude deste ou de se determinar de acordo com essa avaliação”*, não sendo contemplados os menores de 16 anos, admitidos como inimputáveis (art. 19º CPP), aos quais apenas poderá ser atribuída uma medida cautelar educativa. Atualmente no sistema jurídico, a simulação de anomalia psíquica está contemplada no artigo 108º do Código Penal (2004). A investigação deste fenómeno no contexto forense tem caracterizado os sujeitos que estão envolvidos em questões de litígio, ou com processos criminais, com um alto risco de apresentarem um comportamento onde simulem sintomas. Este fenómeno é, de facto, como reporta a literatura menos esperado que surja em meio clínico, devido ao carácter obrigatório de uma avaliação psico-legal (Singh et al. 2007).

Em Portugal começou-se a pensar em doença mental no contexto forense desde a abertura do Hospital de Rilhafoles, criado pelo Marechal Saldanha em 1848. A partir deste momento os códigos penais foram mudando, sendo que o primeiro data de 1852 (alterado em 1886). Com o início dos trabalhos em Rilhafoles e com o tratado de psiquiatria forense de Hoche em 1901 principiou-se o estudo e investigação pela perigosidade e (possível) inimputabilidade do sujeito da ação dos fatos, mudando-se o paradigma de estudo, dos factos *per si*, para o sujeito na sua globalidade (Cordeiro, 2003).

A avaliação da inimputabilidade é definida legalmente pelo artigo 151º do CPP, e produzida através de saberes técnicos, científicos ou artísticos por peritos, que a realizam por pedido do tribunal sob solicitação do magistrado ou porventura por pedido do representante legal, do cônjuge ou familiares (número 3 do art. 151ºCPP). A maneira como a lei está estipulada não refere os critérios acerca da inimputabilidade do sujeito, a isso ficará sujeito a perícia psiquiátrica e a avaliação psicológica. Segundo Figueiredo Dias (cit. por Teixeira, 2006), não basta um diagnóstico de doença mental para se atribuir inimputabilidade. Carlos Saraiva (cit. por Carolo, 2005) refere as neuroses, a esquizofrenia, as psicoses afetivas, os síndromes cerebrais orgânicos, o alcoolismo e outros comportamentos aditivos como quadros patológicos fundamentais num caso de inimputabilidade. Pode ainda o perito atribuir uma condição de “inimputabilidade atenuada em situações pré-demenciais de bom prognóstico (Carolo, 2005), já no caso de possível diagnóstico de perturbação psicopática, a inimputabilidade pode ser duvidosa devido à existência de uma atitude falsa no relato e

sintomas descritos pelos sujeitos (Soares, 2009). Anciães (2008) refere que durante a avaliação psico-legal, constituída pela entrevista e pela instrumentalização, contudo no que respeita à avaliação de inimputabilidade “*é importante não confundir um diagnóstico com inimputabilidade e resultados dos testes com diagnóstico*”. Acerca dos critérios para a fixação de estatuto de inimputável Souza (2010) enuncia três critérios, o (1) biológico onde todo o sujeito que apresente uma anomalia psíquica é sempre considerado inimputável, o (2) psicológico que investiga a capacidade para a pessoa compreender a sua conduta no momento ilícito e o (3) biopsicológico que consagra a combinação dos dois anteriores.

Definitivamente, o estudo da inimputabilidade atribuída a um sujeito, deverá ser um estudo aprofundado, uma vez que através deste o magistrado irá fundamentar a sua sentença, tendo o relatório pericial carácter de prova. A sua linguagem deverá ser elaborada, profissional e técnica, contudo acessível a quem o ler, para que melhor compreenda o que se está a tentar transmitir. Não deverá o relatório ser um tipo de julgamento final, mas uma reflexão sobre a avaliação realizada, apresentando sempre as limitações e dúvidas encontradas, a fim de não esquecer a máxima, *in dubio pro reo*, contudo não esquecendo o que o artigo 108º do código penal define quando enuncia a simulação de anomalia psíquica, podendo levar posteriormente o magistrado a acumular ao arguido o crime de falsas declarações (art. 359º CPP).

IV. O IMPOSTOR

Nesta secção, vamos explorar, o que do ponto de vista analítico, parece ser pertinente para o estudo do comportamento de simulação no ser humano. Associado a este tipo de comportamento parece a noção de falso self (Winnicott, 1949 cit. por Neto, 2007) uma das bases conceptuais mais próximas ao tema da simulação, de onde resultou o conceito de impostor (Greenacre, 1958a, 2011, Steiner, 2011), este que pode ou não ser um “homem de confiança, um vigarista ou um psicopata envolvido em atos criminosos” (Finkelstein, 1974). Assim, iremos visitar algumas noções advindas de um conceito que parece estar mais aproximado do tipo de comportamentos de simulação ou ilusão social, o impostor (Greenacre, 1958a, 2011). Existe porém, associado à ideia que iremos construir da personalidade, ou características de personalidade de um impostor, um conceito onde a proximidade a este tipo de carácter, é bastante ténue. Ross (1967), prosseguindo estudos anteriores (Deutsch, Feldman, Grenacre, Greenacre, cit. in. Ross, 1967) escreve sobre este tipo de carácter, designado por '*As If*'. Este que foi descrito enquanto, personalidade frágil, que imita o outro por necessidade, a fim de encontrar uma identificação coesa (Ross, 1967). Gediman (1985) refere a importância da diferenciação entre impostor e personalidade '*As If*', apontando a segunda com um maior sintoma de culpa assim como com uma maior perseverança de um distúrbio da realidade. Este tipo de carácter é por Gediman (1985) associado ao conceito de *falso self* que Winnicott enunciou nos seus trabalhos, na medida em que a autora apresentou relacionado com este conceito um contínuo de instabilidade na personalidade, advinda das primeiras relações objetais na infância dos indivíduos. Embora do ponto de vista científico, e enquadrado no contexto forense, as conclusões chegadas pelos vários autores não sejam tidas como exatamente iguais, as diferenças entre perspetivas e designações de conceito parecem apontar todas para o enriquecimento do conhecimento deste tipo de sujeito, o impostor. Assim, passaremos, ao longo deste apartado, por noções sobre conceitos como *falso self*, '*personalidade as-if*' e *impostor*, extrapolando o que se mostre pertinente no que concerne ao indivíduo que tente iludir o outro, a fim de uma possível antecipação para o melhor conhecimento deste fenómeno pelo psicólogo na avaliação psicológica forense.

Ao impostor impõem-se-lhe algumas características desde os primeiros estudos, como por exemplo, ser designado como, alguém que assume um nome falso ou uma identidade com o propósito de enganar os outros, “um tipo de mentiroso patológico que tem a esperança de ganhar alguma vantagem com a sua mentira” (Finkelstein, 1974), contudo o papel do impostor é de uma atitude muito comum, uma vez que este estabelece repetidos padrões comportamentais, difíceis de observar como falsos, “que derivam de conflitos patológicos

internos não resolvidos (op. cit.).

Após alguma revisão de literatura, de carácter analítico, sobre o estudo do impostor, observamos que os sujeitos impostores apresentam uma libido que parece ter tido, na infância, um destino diferente do esperado, ou até uma lacuna, onde “a falta de amor é a primeira razão para existir uma predisposição para surgirem características dissociais, gerando sentimentos de ódio e raiva contra um pequeno círculo de pessoas, alargando-se estes sentimentos depois para o seu ambiente social” (Abraham, 1925). Além desta lacuna referida anteriormente, LaFarge (1995) enuncia três configurações transferenciais presentes na análise do comportamento de sujeitos que incorrem em comportamentos ou atitudes falsas, que denominou como (1) impostora, (2) psicopata-paranoide e (3) psicopata-irreal. Só na primeira configuração o autor ilustra a atitude do sujeito caracterizada como “grandiosa, a fim do próprio analista a confirmar” (op. cit.). Nas outras duas configurações já não parece existir uma preocupação em manter uma postura grandiosa, o comportamento falso é apresentado como uma defesa contra o analista, este que é visto como “mentiroso, manipulador e possível traidor” (op. cit.). Assim parece que a única solução de poder equilibrar a relação paciente-analista é mentir e falsear o comportamento.

Nesta linha de pensamento, as relações falsas para com o mundo externo têm origem na infância, momento onde a criança dependerá da mãe (ou figura de referência materna), esta que lhe deverá proporcionar os devidos cuidados na sua nutrição, consolo e significação humana (Bion, cit. por LaFarge, 1995), a fim de que a pessoa, durante os primeiros momentos de vida, internalize os objetos com que tem contato como positivos concebendo as experiências com estes objetos como positivos (op. cit.). Uma vez estas experiências não serem tidas como positivas, poderá a criança perder a sua significação própria e destituir o mundo externo de significado, podendo adquirir uma atitude paranoica devido ao vínculo negativo na relação objetal (Blum, 1981) e ainda “ficando incapaz de ter gratidão ou preocupação quer para si quer para com os outros, perdendo a preocupação pela verdade” (Bion, cit. por LaFarge, 1995). Outros autores (Auchinloss & Weiss, 1992) em trabalhos posteriores enunciaram que, a elaboração paranoica de crenças “mágicas ou falsas” poderá servir para afastar as experiências de desconexão com objetos primários na infância. Para se defender, a criança deverá investir nela própria, e como esse investimento é percebido como único e exclusivo por sua vontade, poderá esse investimento ser exagerado, e até patológico, originando o que alguns autores (Rosenfeld, 1964; Kernberg, 1975) designam por narcisismo patológico, conceito este que encaixa num ideal egóico falso (Deutsch, 1955) com que a criança se identifica no seu crescimento, adotando uma atitude impostora.

A auto-experiência reconhecida como irreal e a destruição de objetos personificados

(Greenacre, 1958 cit. in. LaFarge, 1995) refletem identificações distorcidas de imagens parentais divididos entre objetos hiper-reais 'malévolos' e irreais, levando o sujeito impostor a adotar um papel manipulativo, tomando a postura da figura de referência que tem idealizada, i.e., adquire uma postura aniquilante sobre a realidade subjetiva, destruindo a possibilidade de relações com objetos externos (LaFarge, 1995). Na sequência da análise deste tipo de relações objectais mantidas pelo sujeito impostor, alguns autores (Deutsch, 1955; Greenacre, 1958; Ross, 1967, cit. in Gediman, 1985) ilustraram este mesmo tipo de relações nos seus estudos de casos. Na maioria destas reflexões parece existir um consenso que aponta uma instabilidade nas relações objectais dos sujeitos impostores. Contudo isso não significará que a sua personalidade seja instável, “a ela – personalidade do impostor – será passível o assumir vários papéis e comportamentos falsos” (Gediman, 1985).

Percebemos que este tipo de sujeito que falseia o seu comportamento, adota uma outra identidade que não a sua, na esperança de obter algum ganho com esta simulação, parece apresentar um tipo de relação objectal instável, adotando uma postura similar à postura de figuras de referência internalizadas na infância. Mas que tipo de interações aconteceram na infância do sujeito para que este adote este tipo de comportamento? É o que iremos analisar através dos estudos de caso e reflexões de alguns autores.

Como refere Gottdiener (1982), o principal problema de um paciente impostor analisado no passado por Abraham (1925) parecia ser a não resolução do Complexo de Édipo que estaria, inconscientemente, associada a fortes sentimentos de culpa. Klein (1946) descreve no seu modelo, algumas consequências de representações negativas na infância que causam instabilidade no sujeito. Neste modelo a autora anterior refere que a interiorização de uma relação gratificante com o peito materno nas primeiras semanas de vida será crucial para uma positiva consolidação do objeto interno. Nesta linha LaFarge (1995), nos dois estudos de caso que apresenta numa publicação, caracteriza a mãe dos dois sujeitos que analisa como, “estando regularmente indisponível a nível emocional (...) e por outras vezes sendo mães com comportamentos emocionais extremamente intensos”. Encontramos então uma ponte com os conceitos de objetos hiper-reais e irreais que Greenacre (cit. in. LaFarge, 2011) enunciara em estudos anteriores. Assim parece que a internalização, se instável, de objetos internos primários poderá preceder a representações negativas do sujeito para com o seu mundo externo, levando a uma necessidade narcísica em defesa do self, concluiu Finkelstein (1974) na análise de um cliente. Num estudo de caso, o autor anterior refere que esta necessidade de auto-aperfeiçoamento por parte do seu cliente parecia servir para suprimir falhas emocionais advindas de sentimentos de vazio, desvalorização e de defeito que eram sentidas. Estes sentimentos foram associados também aos conflitos da idade edipiana não resolvidos, “que o

fizeram falsear a sua identidade e hipercatexizar a sua família de forma romântica e à semelhança da sua fantasia (op cit.). No que concerne à natureza dos conflitos edipianos, Greenacre (1958b) teoriza que estes conflitos derivam de fortes fixações pré-genitais causadoras de finas encenações dramáticas, constantemente conjugadas em cada ato impostor. Nesta linha de raciocínio, o autor anterior refere que o desenvolvimento libidinal do sujeito impostor parece ser constantemente infantil e raramente atinge um verdadeiro estágio genital organizado (op cit.). Contudo não deveremos ter como absoluta qualquer uma das explicações anteriores, devemos ter consciência que cada caso tem a sua individualidade, e que embora as conclusões que iremos retirar no final deste capítulo sejam derivadas de ideias semelhantes, existem diferenças na explicação deste fenómeno que é o sujeito impostor. Finkelstein (1974) num estudo de caso atribui o efeito de ambos os progenitores na possibilidade do seu paciente ter desenvolvido uma ideação grandiosa, um superego '*corrupto*', a utilização de mecanismos de defesa patológicos assim como uma perturbação nas relações objectais. O autor conclui, “o caso de T. parece-me ser importante para perceber a influência não só do estágio pré-edipiano no desenvolvimento do impostor mas também a fase de latência” (op cit.). Nesta linha de pensamento também Gottdeiner (1982) apresenta a ideia de que podem existir figuras de referência que tenham comportamentos impostores, fazendo com que a criança adquira esse tipo de atitude falsa no seu papel social, onde o uso da mentira é exagerado e muito presente. Este tipo de comportamento é designado por Helen Deutsch (1955), num dos primeiros textos sobre o tratamento de um paciente impostor, como um comportamento de mimetismo (*mimicry*), associado ao conceito de falso self (Winnicott, 1949, cit. por Neto, 2007).

Posteriormente à inadequada resolução de conflitos na infância, a criança terá interiorizadas crenças que vão promover o desenvolvimento de um falso self, a fim de proteger o seu verdadeiro eu, sentido como possível de aniquilar pelo mundo externo. Existindo um desenvolvimento incompleto do ego, que Greenacre (1958a) define como obstrutivo na formação de relações objectais pelo sujeito, assim como uma tentativa de eliminar a fricção entre um ego idealizado e patológico e o verdadeiro ego (Gottdiener, 1982), é “inevitável uma deformação do superego, com ausência de interações bem estabelecidas ao nível de padrões e valores (...) sendo a audiência que rodeia o impostor que completa a espúria da sua realidade” (op. cit.).

Parece então que, a resposta do mundo externo, tem uma importância fulcral na motivação deste ego idealizado (patológico) se promover, mas porquê? Gediman (1985) afirma “qualquer consideração sobre o impostor sem o reconhecimento da importância da audiência é incompleta”. Greenacre (1958a) refere ainda que uma reação confirmatória da audiência permite ao falso self do impostor adquirir um sentido de integração e realidade do

mundo externo aquando um sucesso. Sobre o tipo de pessoa que poderá integrar a audiência de um impostor, Finkelstein (1974) e Gediman (1985) introduzem uma noção interessante nos seus estudos. Estes autores ilustram a audiência do impostor como colaborante e passível de ter esperança em alcançar sentimentos de segurança e valor pelo contato com o impostor, que é visto como onnipotente, e capaz de preencher lacunas de ideais grandiosos não saciados. No entanto, o impostor tem a necessidade de mais tarde desapontar a sua audiência, numa atitude vingativa (...) quase como uma compulsão avassaladora” (op. cit.).

Será possível pensarmos numa dimensão neurótica incutida nas diferentes características de um impostor? Acompanhados pelo enfoque contínuo dado por alguns autores (Gediman, 1985, Salem & Coelho Junior, 2011), chegamos a algumas conclusões que parecem persistir ao longo do estudo do impostor. O foco na dimensão neurótica associada a este tipo de carácter poderá ser associada a uma necessidade inconsciente de punição, envolvida em comportamentos agressivos para com o mundo externo, como por exemplo “mentir, burlar, falsificar e assim por diante (...) esta necessidade de punição por parte do impostor parece estar associada ao sentimento de culpa experienciado pelos sujeitos que praticam atos criminosos” (op. cit.). Abraham (1925) no primeiro estudo psicanalítico sobre o impostor já enunciava a ideia anterior, quando ao analisar um indivíduo criminoso, preconizou que lhe estavam associados fortes sentimentos inconscientes de culpa, dos quais se esperava terem como objetivo acabar com a felicidade sentida, advinda do comportamento impostor, através do ato auto-punitivo.

Esta necessidade que apontamos anteriormente, em que parece existir uma necessidade neurótica, quase compulsiva, de auto-punição no sujeito impostor poderá transportar-nos para uma possível ideia de que a estrutura do impostor será uma estrutura intelectualizada e mais evoluída? E se assim for, que tipo de mecanismos de defesa deste ego estarão mais presentes? Serão mecanismos mais evoluídos, ou porventura, serão também estes ilusórios e por isso mesmo mais arcaicos? Finkelstein (1974) após a análise de um dos estudos de caso que realizou aponta que os mecanismos de defesa do ego mais presentes no sujeito impostor seriam a racionalização, negação e a clivagem do ego, no momento em que o sujeito estaria a mentir ou a assumir uma atitude sentida pelo autor como falsa. Além destes três mecanismos que mais acentuou na sua análise, o autor descreve a facilidade com que o sujeito conseguia imitar outros, i.e., o que já referimos como comportamentos de mimetismo (*mimicry*) (Deutsch, 1955), assim como a motivação que algumas figuras de referência, potencialmente os progenitores, podem legar em comportamentos como a mentira e sentimentos de grandiosidade, corrompendo os padrões morais superegóticos (Finkelstein, 1974; Jacobson, cit. por Gediman, 1985).

Embora possa, em primeira instância, parecer fácil analisar comportamentos que pareçam falsos, considerar um indivíduo como impostor deverá ter em atenção a deliberada intenção deste (Gediman, 1985), analisando se este apresenta uma atitude impostora, assumindo diferentes papéis, ou se porventura estamos perante um caso onde existe uma intensa instabilidade na estrutura de personalidade do sujeito (op. cit.). A estas complexas diferenças, está patente a maneira como é encarado o uso da mentira. Fenichel (cit. por Gediman, 1985) reitera o uso de pequenas mentiras como um mecanismo de defesa possibilitador de disfarçar desejos inconscientes e fantasias, “*algo falso pode ser representado como algo verdadeiro, assim como algo verdadeiro poderá ser tido como falso*”.

Tentando concluir, apontemos as relações que o sujeito mantém com as figuras de referência, progenitores ou outros cuidadores, que irão influenciar a maneira como o sujeito internaliza o(s) objeto(s) interno(s), assim como a relação com este(s). Esta relação, conforme melhor ou pior, condiciona a interação que o sujeito impostor estipula com o mundo externo, criando relações falsas, promovendo a ilusão em relação à sua pessoa com objetivo de se proteger desse mundo externo, percecionado como aniquilante e agressivo.

A visão sobre o impostor é importante porque elucida o conhecimento sobre um tipo de personalidade, mais ou menos estável, que tem por objetivo enganar e/ou iludir o outro, através de cinco atributos (Gediman, 1985): (1) Fluência e facilidade verbal, (2) Desenvolvimento hipertrofiado de um tipo limitado de empatia, (3) Envolvimento em temáticas esotéricas ou artificiais, (4) Intenso distúrbio de identidade e/ou mimetismo e (5) Sentido intenso, mas paradoxal, da realidade.

Alguns autores (Finkelstein, 1974; Greenacre, 1958a, 1958b, 2011; Steiner, 2011; LaFarge, 1995, 2011) têm vindo a enunciar ao longo das suas análises algumas noções, a fim de organizar o conhecimento sobre o sujeito impostor. Nestas, vão enfocando a possibilidade de existirem conflitos na infância, supostamente edipianos, não resolvidos, motivando o self do sujeito a encontrar uma maneira de se proteger. Porventura a fantasia romancesca da família é a primeira das idealizações que o impostor realiza, quando o self começa a tornar-se falso, no sentido em que este começa a assentar num plano falso, criando um sentido perturbado de realidade e da sua própria identidade. No self do impostor parece existir uma ductilidade constante, uma vez que o mesmo que é verdadeiro é motivado a ser falso como forma de defesa, porventura advindo daqui o sentimento de culpa e auto-punição que encontramos descrito nos estudos de caso dos autores que visitámos, assim como os mecanismos de defesa que parecem ilustrar mais a defesa psíquica deste tipo de indivíduo. Outro ponto fundamental a apontar é a importância da audiência do impostor. Parece que esta audiência, desprovida de sentido de vida, ou quanto muito de algo que faça a sua vida ser

sentida como grandiosa e importante, tem a necessidade de cooperar e colaborar com a fantasia idealizada e falsa que o impostor exhibe. Ilustremos a ideia que caracteriza esta audiência com o filme “Catch Me If You Can”, que conta a história de um jovem, Frank Abagnale Jr., que não só pela interação deste com as hospedeiras da companhia aérea onde simulou ser piloto, mas conjugando estas interações – plenas de charme – com a relação que foi crescendo inconscientemente com o detective que o persegue, sugerindo que esta colmatou a lacuna referente à sua relação paternal.

Pudemos ainda constatar, durante a leitura científica e algumas leituras narrativas, que os relatos sobre impostores são extremamente extensos, são vários os filmes – *Primal Fear*; *Hannibal*; *VIPs*, *I am Sam*; etc – que colocam ênfase nas características de personalidade deste tipo de sujeito assim como livros – *Crime e Castigo*; *Jerzi Kosinski: A Biography*; *Tartufo*; entre outros. Nestes encontramos detalhes que fazem lembrar as ideias originadas pela literatura científica, muitas vezes baseadas num conhecimento técnico e profissional, outras vezes influenciadas por ideias próprias ou por dinâmicas com ou do mundo externo. Muito está por perceber ainda deste tipo de carácter.

IV. MALINGERING

O fenómeno de simular sintomas conscientemente já vem a ser estudado desde o fim do século XX. Gorman (1982) invoca o “fingimento de uma doença com intenção” para ilustrar um termo que define com base no étimo latino '*malus aeger*' – malingering. Este conceito, que pode ser tido como um comportamento adaptativo (Singh, et al, 2007), tem sido trabalhado, definido (e redefinido) ao longo da sua investigação, existindo no presente diversos modelos explicativos para o mesmo, dos quais visitaremos alguns nesta secção.

O conceito malingering é definido no DSM-IV-TR (APA, 2002) como, “produção intencional de falsos, ou exagerados, sintomas, motivados por incentivos externos, como evitar o serviço militar ou a prática laboral, obter algum tipo de compensação, evitar responsabilidades criminais ou obter drogas”. Contudo a informação obtida por este manual parece carecer de linhas seguras na avaliação do fenómeno simulatório (Berry & Nelson, 2010; Rogers, cit. por Wigant et al, 2011), ainda que num contexto forense “os critérios sejam possíveis de usar como caracterização de um comportamento criminoso” (Rogers et al, 1998). Numa revisão recente (Wigant et al, 2011) sobre este fenómeno reporta-se uma maior prevalência (10 a 20%) deste comportamento na avaliação forense do que no contexto clínico (1 a 5%), e que, conforme a natureza de processo, (cível, penal, família, etc.) associada à avaliação, esta prevalência varia (Hickling et al, 1999 cit. por Singh et al, 2007). Existem diversos estudos que estabelecem divisões do comportamento malingering, e por isso, iremos apontar os que parecem ser mais pertinentes para melhor compreender este fenómeno. Taylor e colaboradores (2006) apresentam três formas de malingering: (1) Puro, onde existe uma completa produção de sintomas, acompanhada pela produção de experiências traumáticas; (2) Parcial, em que sintomas existentes são intensamente exagerados em episódios também exagerados; (3) Falsa Imputação, que consiste na atribuição intencional de sintomas falsos a um evento traumático.

Singh e colaboradores (2007) diferenciam o conceito nosologicamente, onde analisam a atitude *malingering* como, (1) puro ou parcial e (2) positiva ou negativa. No primeiro ponto, os autores enunciam que um 'malingering puro' consiste numa produção falsa de sintomas, enquanto que 'malingering parcial' será associado a um exagero de sintomas pré-existentes. Já no segundo ponto, estes concebem que 'malingering positivo' é relativo à simulação dos sintomas de uma doença mental, já em respeito ao malingering negativo este é designado quando o sujeito parece esconder sintomas mentais ou características de personalidade que podem ser associadas a uma perturbação de personalidade. Outra visão sobre este tipo de comportamento é a de Resnick (1999) que define a atitude malingering como uma doença

mental, à imagem da visão psicanalítica revista no capítulo anterior. Já Rogers e colaboradores (1998) definem que o sujeito malinger poderá, quando simula, estar a tentar adaptar-se ao meio onde se insere, “percecionando esse meio como adversário e perigoso” obtendo sucessos, i.e., ganhos, na relação com o meio.

Associado ao termo malinger parecem estar associados outros conceitos, que iremos agora rever, e sublinhar algumas noções que achemos importantes a fim de uma melhor compreensão do comportamento de simulação. Assim, temos conceitos como (1) *faking* – uma distorção de resposta, vista como um comportamento “orientado para um ganho” (MacCann, Ziegler & Roberts, 2012). Esta (distorção) que pode ser uma apresentação negativa do sujeito, onde este mostra que está perturbado – *faking bad* (Hall & Hall, 2012) – ou uma maneira de ocultar sintomas que mostram uma deficiência no plano mental ou de personalidade – *faking good* (Rogers, 2008); ou (2) *deception* – uma tentativa de engano do sujeito para com o outro, usando meios como a mentira ou o engano (Hippel & Trivers, 2011). Os autores anteriores fizeram uma revisão muito detalhada deste conceito, no qual apontam que mecanismos como a racionalização são fulcrais para a integração de que a mentira é vista como uma verdade em parte, a fim do self se proteger de sentimentos de culpa (op. cit.). Outro conceito que será impossível de ignorar aquando tratamos de rever o conceito de malingering são, do ponto de vista de diagnóstico, as perturbações factícias. Este tipo de perturbações diferem do comportamento de simulação malinger no que respeita à motivação para produzir sintomas, uma vez que nestas perturbações parece existir uma maior necessidade da adoção do papel de doente mental em vez da motivação a ganhos externos (Singh et al., 2007), uma vez que a necessidade de atenção e de receber tratamento parece ser uma necessidade inconsciente (Feldman & Ford, cit. por Singh et al., 2007). Também outros síndromes foram descritos na literatura que se assemelham à produção de sintomas falsos, como por exemplo o Síndrome de Munchausen (Gonzalez & Galante, 2012) onde a sintomatologia apresentada se refere geralmente à necessidade de obter tratamento médico ou obtenção de drogas.

Após a compreensão de que associado ao termo que nos propomos a aprofundar, poderão estar próximos outros conceitos, percebemos que existe um vasto caminho a percorrer no que concerne ao comportamento de simulação. É pois chegado o momento de perceber o que nos diz a literatura sobre a avaliação possível deste fenómeno. Para tal iremos rever algumas ideias sobre a avaliação de malingering.

A dificuldade em definir um sujeito como malinger numa avaliação psicológica não deverá obedecer a um conjunto fechado de critérios, uma vez que as dificuldades são várias ao realizar uma avaliação desta índole (Drob et al., 2009). Ray (2009) enuncia um dos

principais problemas, a standardização dos testes que são utilizados. Singh e colaboradores (2007) lembram que, embora existam dilemas éticos associados à avaliação de malingering, esta avaliação é realizada em prol de um processo judicial, e por isso, a celeridade e economia processual são um ponto importante a reter, e por isso devem ser definidas e desenvolvidas estratégias de detecção de malingering capazes de aceder a este tipo de fenómeno (Rogers & Correa, 2008). Os autores anteriores apresentam um quadro onde diferenciam o tipo de malingering nos sujeitos que simulam défices cognitivos e nos sujeitos que simulam doenças mentais,

Tabela 2. – Detecção de estratégias utilizadas por sujeitos simuladores (Correa, 2008)

Tipo de simulação	Categoria	Estratégia
Défice Cognitivo	Improvável	Curva de Performance
Défice Cognitivo	Improvável	Magnitude do Erro
Défice Cognitivo	Improvável	Violação de Princípios de aprendizagem
Défice Cognitivo	Excessiva	<i>Floor Effect</i>
Défice Cognitivo	Excessiva	Validade de Teste de Sintomatologia
Défice Cognitivo	Excessiva	<i>Forced-Choice Test</i>
Doença Mental	Improvável	Sintomas Raros
Doença Mental	Improvável	Sintomas Improváveis
Doença Mental	Improvável	Combinação de Sintomatologia
Doença Mental	Improvável	Padrões Espúrios
Doença Mental	Improvável	Estereótipo Erróneo
Doença Mental	Ampliada	Sintomas Óbvios
Doença Mental	Ampliada	Sintomas Subtis
Doença Mental	Ampliada	Sintomas Severos
Doença Mental	Ampliada	Seleção de Sintomas

Doença Mental	Ampliada	Relatado vs. Observado
---------------	----------	------------------------

Rogers (2008) define quatro tipos de malingering numa tentativa de simulação de psicose após o sujeito incorrer num crime, (1) simular psicose enquanto se comete o crime (pouco frequente); (2) referir um estado de psicose durante o crime, mas estando bem posteriormente; (3) referir um estado de psicose durante o crime e posteriormente a este; (4) psicose genuína na altura do crime mas apresentação de sintomas simulados posteriormente ao crime. O mesmo autor enuncia nove critérios que poderão indicar um comportamento malingering num sujeito que reporte uma psicose durante uma avaliação:

Motivo não psicótico para originar o crime

- 1.1. Alucinações e delírios suspeitos (pouco comuns)
- 1.2. O sujeito ter um historial criminoso que ostente o facto criminoso
- 1.3. Ausência de sintomas psicóticos durante a entrevista
- 1.4. Relato de um súbito impulso
- 1.5. Presença de terceiros no ato criminoso
- 1.6. Dupla negação da responsabilidade do crime – negação e atribuição de causa psicótica.
- 1.7. Explicação artificial e reboscada do estado psicótico
- 1.8. Alegado défice cognitivo

Quadro 3. Indicadores de malingering de psicose em avaliação forense (Rogers, 2008)

Como afirmam Simões e colaboradores (2010), existe um aumento prevalente dos sujeitos que simulam nas avaliações psicológicas em situações de litígio, sendo os ganhos secundários, como temos vindo a ver, a principal razão para que este fenómeno aconteça. Outra possibilidade deve-se ao facto da informação sobre qualquer temática, incluindo a psicologia, estar cada vez mais fácil de se obter (Lees-Haley & Dunn, 1994; Ruiz, Drake, Marcotte, Glass, & van Gorp, 2002; Steffan, Clopton, & Morgan, 2003 cit in King & Sullivan, 2005), levando até advogados a sugerirem aos seus clientes que evidenciem determinados sintomas como concluíram alguns estudos realizados no passado (Victor & Abeles, 2004; Wetter & Corrigan, 1995 cit in King & Sullivan, 2005). O exame da simulação em contexto forense faz parte da avaliação a realizar neste contexto, e que cuja investigação tem utilizado alguns testes específicos. A investigação de Merckelbach, Smeets e Jelic (2009) aponta existir cerca de 13 a 29 % de probabilidades de um sujeito falsear sintomas numa

perícia de avaliação de dano psicológico e para casos de avaliação de personalidade surgiu uma probabilidade que se encontra entre 17 a 19 % de tentar *enganar* o avaliador. Vejamos alguns estudos que analisaram o comportamento malingering utilizando diferentes tipos de testes, desde de personalidade (Inventário Multiaxial de Personalidade de Minnesota – MMPI-II; Rorschach), de sintomatologia (Lista de Sintomas, Versão Reduzida – SCL-90-R), de debilidade mental (Figura de Rey) e de inteligência (Matrizes Progressivas de Raven; Escala de Inteligência de Weschler, Versão Reduzida – WAIS-R):

Tabela 3. – Revisão de estudos com instrumentos de avaliação psicológica sobre malingering.

Autor e Data	Teste e dimensão da amostra
Vetter, Gallo, Rossler, & Lupi, 2009	SCL-90-R N1 = 12 535 (militares)
Sullivan & King, 2010	SCL-90-R N = 41(amostra clínicos)
Martínez, Orihuela & Abeledo, 2011	SCL-90-R N = 20 (amostra clínicos)
Barber-Rioja, Zottoli, Kucharski & Duncan, 2009	MMPI-II N = 149 (amostra forense)
Martínez, Orihuela & Abeledo, 2011	MMPI-II 20 (amostra clínica)
Wigant et al., 2011	MMPI-II N = 251 (amostra neuropsiquiátrica forense)
Blaskewitz, Merten & Brockhaus, 2009	Figura Complexa de Rey N = 41 (amostra pacientes neurológicos)
Dean et al., 2009	Figura Complexa de Rey N = 214 (amostra pacientes neuropsicológicos)
Whiteside, Wald & Busse, 2011	Figura Complexa de Rey N = 491 (amostra sujeitos em avaliação neuropsicológica)
Grieve & Mahar, 2010	Matrizes Progressivas de Raven N1 = 48 (amostra normativa); N2 = 49 (amostra estudantes psicologia)
Gudjonsson & Shackleton, 2011	Matrizes Progressivas de Raven N = 40
Caro, Giráldez, Rodrigo & Rionda, 2005	WAIS-R Revisão de literatura
Ganellen, Wasyliw, Haywood & Grossman, 1996	Rorschach N = 48 (amostra forense)

Concluindo esta secção, salientemos algumas ideias. O malingering é um tipo de atitude tomada por um sujeito, que tente simular sintomas associados a perturbações de personalidade e/ou doenças mentais, conscientemente, com vista a obter um ganho externo. Devido ao incremento de informação sobre as doenças mentais e perturbações de personalidade parece ser cada vez mais fácil o acesso a este tipo de informação, o que pode despoletar uma maior tentativa de falsear o comportamento numa avaliação forense. É extensa a literatura sobre instrumentos que avaliam a possibilidade de um indivíduo simular, contudo as conclusões chegadas vão evoluindo, assim como as estratégias do sujeito malinger, este que pode adotar vários tipos de malingering, do puro ao parcial, ou até, já não falando de malinger mas de outros comportamentos, conscientes ou inconscientes. Será possível algum dia infirmarmos com absoluta segurança que um indivíduo está de facto a ser verdadeiro ou a ser falso? Não fará parte da condição humana procurar novas estratégias de adaptação? O caminho ainda é longo, talvez infinito, mas é esta uma das lutas que se vão apresentando na diáspora forense de avaliação psicológica. Contudo não esqueçamos, ao psicólogo interessa perceber e compreender o comportamento do sujeito, contextualizando-o na história de vida do sujeito avaliado e refletindo sobre as suas causas e razões de ser.

Apurar a verdade, caberá ao juiz.

VI. CONCLUSÃO

O sujeito simulador pode ser analisado de várias perspetivas. Neste estudo olhámo-lo através da visão psicanalítica e comportamental.

Sobre um olhar psicanalítico, encontrámos entre algumas noções pertinentes, o conceito de impostor, de onde retirámos a importância de analisar como o sujeito compreende as relações com figuras de referência logo na sua infância, e a resolução dos conflitos

existentes ao longo do seu desenvolvimento, condicionando a sua relação consigo próprio e com o meio em que está inserido. Apurámos através dos vários estudos de caso revistos as características de um sujeito impostor, assim como as características da audiência que este procura enganar. Retivemos a percepção de que, o impostor não parece ser um indivíduo alienado, com uma perturbação da realidade, uma vez que este parece ter, em parte, uma dimensão neurótica auto-punitiva.

Da visão comportamental, investigámos o conceito de *malingering*, tomando consciência das características associadas ao sujeito *malingering*, e aos vários tipos de *malingering*. De maneira acurada revimos a vasta literatura sobre os testes que são utilizados para detectar este fenómeno. Observámos resultados pertinentes e estabelecidos para a atualidade, onde se elaboram novos pontos de corte para os testes, ou onde se apresentam as estratégias mais utilizadas no sujeito *malingering*, colmatando falhas advindas por exemplo da acessibilidade da informação sobre as doenças mentais e perturbações de personalidade, possibilitando tentativas de comportamentos de simulação.

Uma das lacunas que se observou foi a escassez de estudos de caso recentes de carácter psicanalítico, que possibilitassem o estudo longitudinal sobre as características enunciadas nos primeiros textos sobre este tema, a fim de ser possível realizar meta-análises qualitativas.

A passagem pela noção de inimputabilidade conforme está descrita no Código Penal Português, assim como os artigos a esta condição mental associados, possibilitou-nos assumir a importância de uma melhor compreensão sobre o sujeito simulador, e a pertinência de o fazer através de mais que uma perspetiva, pois poderão existir indivíduos que estejam mentalmente perturbados, e necessitem de ajuda em instituições específicas, mas outros haverá que se aproveitem da pouca acutilância na avaliação à sua personalidade e não cheguem a responder legalmente pelos seus atos de forma responsável, e pior, acabando por nunca chegar a ter a atenção específica para voltarem a ser reinseridos na sociedade.

É esta diáspora de conhecimentos sobre um mesmo fenómeno, que quando bem seleccionada, servirá para ser integrada no substrato teórico que o psicólogo tenha.

A capacidade de melhor apresentar o sujeito simulador ao magistrado poderá passar por aberturas conceptuais como a aqui realizada, onde dois conceitos de perspetivas com linguagens e maneiras de pensar diferentes se juntam, em prol de um melhor trabalho, de um melhor relatório e de uma conexão de maior qualidade com os profissionais de direito.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anciães, A. (2008). Relatório Final do Estágio de Ingresso na Carreira Técnica Superior. *Serviço Clínica Forense*. Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.
- Abraham, K. (1925) The history of an impostor in the light of psycho-analytical knowledge. In *Clinical Papers and Essays on Psycho-Analysis*. New York: Basic Books. (pp. 291-305).

- American Psychiatric Association (APA). (2002). Diagnostic and Statistical manual of mental disorders, text revision. 4th ed. Washington, DC.
- Auchincloss, E. & Weiss, R. (1992). Paranoid character and the intolerance of indifference. *Journal American Psychoanalytic Association*. 40, 1013-1037
- Barber-Rioja, V., Zottoli, T. M., Kucharski, L. T. & Duncan, S. (2009). The Utility of the MMPI-2 Criminal Offender Infrequency (Fc) Scale in the Detection of Malingering in Criminal Defendants. *International Journal of Forensic Mental Health*. 1, 16-24
- Blaskewitz, N., Merten, T. & Brockhaus, R. (2009). Detection of Suboptimal Effort with the Rey Complex Figure Test and Recognition Trial. *Applied Neuropsychology: Adult*. 16, 54-61
- Blum, H.P. (1981). Object inconstancy and paranoid conspiracy. *Journal American Psychoanalytic Association*. 29, 789-813
- Brasby, N. & Gellatly A. (2012). Foundations of Cognitive Psychology. In. Brasby & Gellatly (Eds.), *Cognitive Psychology*. (pp. 1-30). 2nd Ed. Oxford
- Butcher, J. N. (2008). The personality assessment process. In. R. Green, & I. Weiner (Eds.), *Handbook of personality assessment*. (pp. 19-47). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Caro, M. I., Giráldez, S. L., Rodrigo, A. M. L., Rionda, J. L. A. (2005). Malingering of organic illness or mental disorder. *Papeles del psicólogo*. 26, 99-108
- Carolo, R. (2005). PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA FORENSE: SUAS IMPLICAÇÕES NA LEI. Consultado a 11 de Outubro de 2011 através de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0278.pdf>
- Cordeiro, D. C. J. (2003). Psiquiatria Forense. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dean, A. C., Victor, T. L., Boone, K. B., Philpott, L. M. & Hess, R. A. (2009). Dementia and effort test performance. *The Clinical Neuropsychologist*. 23, 133-152
- Deutsch, H. (1955) The impostor: contribution to ego psychology of a type of psychopath. In *Neuroses and Character Types*. New York: International University Press. (pp. 319-338).
- Fernández-Ballesteros, R. (2004). Los autoinformes. In R. Fernández-Ballesteros (Ed.), *Evaluación psicológica: conceptos, métodos y estudio de casos* (pp. 231–268). Madrid: Pirámide.
- Ganellen, R. J., Wasylw, O. E., Haywood, T. W. & Grossman, L. S. (1996). Can Psychosis Be Malingered on the Rorschach? An Empirical Study. *Journal of Personality Assessment*. 66, 1, 65-80
- Gediman, H. K. (1985). Imposture, Inauthenticity, and Feeling Fraudulent. *Journal Of The*

- American Psychoanalytic Association*. 33, 911-926
- Gonzalez, F. & Galante, M. (2012). Feigning Terminal Illness to Get Narcotics: A Cautionary Tale for Hospices. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine*. 29, 399-400
- Gorman, W. F. (1982). Defining malingering. *Journal of Forensic Sciences*. 27, 401-407
- Gottdiener, A. (1982). The Impostor – An Interpersonal Point of View. *Contemporary Psychoanalysis*. 18, 438-455
- Greenacre, P. (1958a). The impostor. *Psychoanalytic Quarterly*. 27, 359-382
- Greenacre, P. (1958b). The relation of the impostor to the artist. *The Psychoanalytic Study Child*. vol. 13. (pp. 521-540). New York: International Universities Press.
- Greenacre, P. (2011). The Impostor. *Psychoanalytic Quarterly*. v. 80. (pp.1025-1046).
- Grieve, R. & Mahar, D. (2010). The role of fluid and emotional intelligence in malingering. *Australian Journal of Psychology*. 62, 2, 103-111
- Hall, R., & Hall, R. (2012). Plaintiffs who malingering. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. Roberts (Eds.), *New Perspectives on Faking in Personality Assessment* (pp. 255– 281). New York, NY: Oxford University Press.
- Hayes, J. S., Hale, D. B. & Gouvier, W. D. (2010). Malingering Detection in a Mentally Retarded Forensic Population. *British Journal of Clinical Psychology*.
- Hippel, W. V. & Trivers, R. (2011). The evolution of self-deception. *Behavioral and Brain Sciences*. vol. 34. (pp. 1-56). Cambridge University Press.
- Kernberg, O. (1975) *Borderline Conditions and Pathological Narcissism*. New York: Aronson.
- King, J., Sullivan, A. K. (2005). Deterring malingered psychopathology: *The effect of warning simulating malingerers*. Australian Psychological Society College of Clinical Neuropsychologists Annual Conference, Melbourne.
- Klein, M. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. In *Envy and Gratitude and Other Works, 1946-1963*. London: Hogarth Press. (pp. 1-24).
- LaFarge, L., (1995). Transferences Of Deception. *Journal of the American Psychoanalytic Association*. 43, 765-793
- LaFarge, L. (2011). Two Papers on “The Impostor”. *Psychoanalytic Quarterly*. 80, 1047-1060
- MacCann, C.; Ziegler, M.; & Roberts, R. (2012). *Faking in personality assessment*. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. Roberts (Eds.), *New perspectives on faking in personality assessment* (pp. 309–329). New York, NY: Oxford University Press.

- Martínez, N., Orihuela, M. J. & Abeledo, M. (2011). Evaluación de Simulación de Incapacidad Laboral Permanente Mediante el Sistema de Evaluación Global (SEG). *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*. 2, 207-224
- Menai, T. & Loturco, R. (sd). A Mentira Social. *Missão Repórter*. Consultado a 13 de Outubro de 2009 através de <http://missaoreporter.blogspot.pt/2009/03/comprovado-no-post-abaixo-mentira-e.html>
- Merckelbach, H., Smeets, T., Jelicic, M. (2009). Experimental simulation: Type of malingering scenario makes a difference in *Journal os Forensic Psychiatric & Psychology*. 20, 3, 378 – 386
- Neto, A. N. (2007). A problemática do falso self em pacientes de tipo borderline: revisitando Winnicott. *Revista Brasileira de psicanálise*. vol. 41. n. 4. São Paulo.
- Oliveira, H. (2010). A psicologia Jurídica e a Psicanálise Freudiana como bases teórico-práticas para uma abordagem interdisciplinar do Direito. *Revista dos Estudantes de Direito da UnB*. 10, 2-17
- Ray, C. (2009). The Importance of Using Malingering Screeners in Forensic Practice. *Journal of Forensic Psychology Practice*. (pp. 138-146).
- Rogers, R., Salekin, R. T., Sewell, K. W., et al. (1998). A comparison of forensic and nonforensic malingerers: a prototypical analysis of explanatory models. *Law Human Behaviour*. 22, 353-367
- Rogers, R. (2008). An introduction to response styles. In R. Rogers (3rd ed.), *Clinical assessemnt of malingering and deception* (pp. 3–13). New York, NY: The Guilford Press.
- Rogers, R. & Correa, A. A. (2008). Determinations of Malingering: Evolution from Case-Based Methods to Detection Strategies. *Psychiatry, Psychology and Law*. (pp. 213-223).
- Rosenfeld, H. (1964). On the psychopathology of narcissism: a clinical approach. In *Psychotic States*. London: Hogarth Press. (pp. 169-179).
- Rovinski, S. (2011). A Avaliação Psicológica no Contexto Jurídico. In. Noronha, A. Hanazumi, N., Francisco, A., Santos, S., Cruces A, Barros, A. et al. (Orgs), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 95-101). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Salem, P. & Coelho Junior, N. (2010). The role of imitation in the constitution of psychic reality: The contemporary psychoanalytic perspective of Thomas Ogden. *International Forum of Psychoanalysis*. 20, 3.

- Silva, J. (1993). A Propósito do Exame Psicológico no Âmbito Penal. *Análise Psicológica* 11, 1, 29-36
- Simões, M., Sousa, L., Duarte, P., Firmino, H., Pinho, M. S., Gaspar, N., Pires, L., Batista, P., Silva, A. R., Silva, S., Ferreira, A. R., França, S. (2010). Avaliação da simulação ou esforço insuficiente com o Rey 15-Item Memory Test (15-IMT): Estudos de validação em grupos de adultos idosos. *Análise Psicológica*. 28, 209-226
- Singh, J., Avasthi, A. & Grover, S. (2007). Malingering of Psychiatric Disorders: A Review. *German Journal of Psychiatry*. 10, 126-132
- Soares, L. (2009). FILHOS DA LOUCURA E REACÇÃO PENAL NULLA POENA SINE CULPA. Inimputabilidade por anomalia psíquica. In. Direito Penal. Verbo Jurídico.
- Souza, D. C. (2010). A INIMPUTABILIDADE PENAL À LUZ DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: reduzir ou não a idade penal? In. Monografia de Pós-Graduação *Lato Sensu em Direito Penal e Processual Penal*. Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília.
- Sullivan, K. & King, J. (2010). Detecting faked psychopathology: A comparison of two tests to detect malingered psychopathology using a simulation design. *Psychiatry Research*. 176, 75 – 80
- Steiner, J. (2011). The impostor Revisited. *Psychoanalytic Quarterly*. 80, 1061-1071
- Taylor, S., Frueh, B. C., Asmundson, G. J. G. (2007). Detection and management of malingering in people presenting for treatment of posttraumatic stress disorder: Methods, obstacles and recommendations. *Journal of Anxiety Disorders*. 21, 22-41
- Teixeira, J. M. (2006). Inimputabilidade e Imputabilidade Diminuída - Considerações sobre a aplicabilidade destas noções em Psiquiatria Forense (I). *Saúde Mental*. 8, 4, 7-10
- Vetter, S., Gallo, W. T., Rossler, W. & Lupi, G. (2009). The Pattern of Psychopathology Associated With Malingering Tendencies at Basic Psychiatric Screening of the Swiss Armed Forces. *Military Medicine*. 174, 2-153
- Weiss, P. A., Bell, K. J., Weiss, W. U. (2009). Use of the MMPI-2 Restructured Clinical (RC) Scales in Detecting Criminal Malingering. *Journal Police Criminal Psychology*. 25, 49 – 55
- Wigant, D. B., Anderson, J. L., Sellbom, M., Rapier, J. L., Allgeier, L. M., Granacher, R. P. (2011). Association of the MMPI-2 Restructured Form (MMPI-2-RF) Validity Scales with Structured Malingering Criteria. *Psychology Injury and Law*. 4, 13-23
- Whiteside, D., Wald, D. & Busse, M. (2011). Classification Accuracy of Multiple Visual

Spatial Measures in the Deception of Suspect Effort. *The Clinical Neuropsychologist*.
25, 287-301

Códigos Judiciais:

Código Penal Português. (2009). *Compilações Legislativas*. Verbo Jurídico.

Código de Processo Penal Português. (2004). *Compilações Legislativas*. Verbo Jurídico.



LSPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

APANHA-ME SE PUDES:
CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO SIMULADOR
ATRAVÉS DE UMA AMOSTRA FORENSE.
PERSPETIVA CONCEPTUAL MISTA

FRANCISCO MARCOS RODRIGUES
VALENTE GONÇALVES

Orientador de Dissertação:
PROF. ANTÓNIO PAZO PIRES

Coordenador de Seminário de Dissertação:
PROF. ANTÓNIO PAZO PIRES

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor António Pazo Pires, apresentada no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia conforme o Despacho da DGES, no 29595/2008, publicado em Diário da República, 2a série, no. 223, de 17 de Novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor António Pazo Pires

Pelos momentos de discussão. Pela orientação e pelos conselhos. Pela liberdade que me proporcionou neste trabalho, mas que fez questão de acompanhar!

Ao Professor José Pereira da Silva

Pela provocação. Acima de tudo por me fazer pensar. Por me mostrar que nem sempre temos razão. Pelos momentos sempre ricos, e que me fizeram refletir e crescer a nível pessoal e académico!

Ao Professor Jorge Costa Santos

A sua receção a este trabalho não poderá ser esquecida.

Ao Dr. João Agante

Pela disponibilidade e amabilidade para com este trabalho.

Ao Professor Miguel Tecedeiro e à Professora Claudia Graça

Por todo o tempo dispensado. Pela vontade de ensinar e de ajudar a que este trabalho fosse o melhor possível realizado.

Um Especial Abraço!

À Dra. Alexandra Anciães

Minha Mestre e iniciadora na prática profissional. Pelos conselhos que me deu de modo amigo. Pela disponibilidade que sempre demonstrou!

À Dra. Manuela Marques

Pela sua incansável vontade de procurar nova literatura. Por todo o material que me fez chegar. Por toda a disponibilidade que me demonstrou!

Ao Instituto de Medicina Legal, I.P. – Delegação Sul

A todos os técnicos e funcionários deste instituto, pelo acolhimento durante este trabalho e pela ajuda prestada de forma incansável.

À Direção Geral de Reinserção Social – Lisboa

Pela disponibilidade que me foi transmitida pela direção e por todas as equipas que visitei durante a recolha de dados.

Aos meus amigos e companheiros académicos

Pelos momentos que partilhámos. Pela paciência santa com que aturaram muitas das minhas ideias, e me fizeram reconsiderar. Pela alegria e transparência com que foram verdadeiros, dizendo não e sim quando assim fosse necessário. Por me fazerem com eles crescer!

Tenho-vos comigo, sempre!

À minha família

Sem ela, eu poderia ser rico, mas não seria nem perto do que sou. Por me fazerem lutar pelos meus ideais.

A eles o meu maior Abraço!

Ter a dúvida é saber exatamente o que estou a dizer.

Almada Negreiros

RESUMO

Os comportamentos de simulação são cada vez mais recorrentes de observar nas avaliações psico- legais. Do conhecimento do sujeito simulador parece existir literatura de diferentes perspectivas. Da psicanálise surge-nos o termo impostor, enquanto pelo olhar comportamental são conceptualizados termos como o malingering. Suportados por estes dois conceitos, a intenção deste estudo é aumentar o conhecimento sobre o sujeito simulador. Foram analisadas 465 perícias psicológicas realizadas entre 2008 e 2011 no Instituto Nacional de Medicina Legal e na Direção Geral de Reinserção Social, de onde constavam diferentes instrumentos de avaliação (Minimult, SCL-90-R, MPR, WAIS-R e Rorschach). Os resultados apresentam que a sintomatologia referida pelos sujeitos influencia o possível comportamento de simulação, ao contrário da inteligência. Os traços de personalidade mais observados nos sujeitos que tentaram simular o seu comportamento são a esquizofrenia e a depressão. O tipo de funcionamento psíquico dos sujeitos simuladores parece estar relacionado com dinâmicas internas instáveis. O conhecimento sobre o sujeito simulador aumenta através do uso de várias técnicas instrumentais utilizadas na avaliação psico-legal, inferindo os benefícios de uma visão pluralista neste contexto.

Palavras-Chave: simulação; impostor; malingering

ABSTRACT

The behavior simulation is increasingly recurring to appear in psycho-legal evaluations. Knowledge of the simulator subject seems to exist from different perspectives. Psychoanalysis appears to us with the term of the impostor, while looking at a behavioral view, terms like malingering have been conceptualized. Supported by these two concepts, the intention of this study is to increase knowledge about the simulator subject. We analyzed 465 psychological evaluations conducted between 2008 and 2011 at the National Institute of Legal Medicine and the General Directorate of Social Welfare, which contained different assessment instruments (Minimult, SCL-90-R, MPR, WAIS-R and Rorschach). The results show that the symptoms reported by the subjects can influence the behavior, unlike the intelligence of the subjects. The personality traits most frequently observed in subjects who attempted to simulate their behavior are schizophrenia and depression. The type of psychic functioning of subjects simulators appears to be related with unstable internal dynamics. The knowledge about the subject simulator increases through the use of various techniques used in evaluating psycho-legal, inferring the benefits of a pluralistic view in this context.

Keywords: simulation; impostor; malingering.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	P. 1
II. PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES	P. 4
III. MÉTODO	
Amostra	P. 7
Instrumentos	P. 7
Procedimento	P. 9
IV. RESULTADOS	P. 11
V. DISCUSSÃO	P. 19
VI. LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS	P. 23

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

ANEXO A (DADOS SÓCIO DEMOGRÁFICOS)

ANEXO B (APROVAÇÃO À INVESTIGAÇÃO)

ANEXOS C (ANÁLISE QUALITATIVA PROTOCOLOS RORSCHACH)

ANEXO D (PRESSUPOSTOS REGRESSÃO LINEAR)

ANEXO E (TRATAMENTO ESTATÍSTICO)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....P. 12

FIGURA 2.....P. 17

LISTA DE TABELAS

TABELA 1| Número de perícias realizadas consoante tipo de processoP. 10

TABELA 2| *Correlação entre variáveis Índice F-K e Índice PST*P. 11

TABELA 3| *Anova da regressão linear para rejeição de Ho*P. 11

TABELA 4| *Correlação entre variáveis Índice F-K e Score MPR*P. 13

TABELA 5	<i>Anova da regressão linear para rejeição de H_0</i>P. 13
TABELA 6	<i>Correlação entre variáveis Índice F-K e Score MPR ($Q.I. > 89$)</i>P. 14
TABELA 7	<i>Anova da regressão linear para rejeição de H_0</i>P. 14
TABELA 8	<i>Correlação entre variáveis Índice F-K e Score Q.I. Total (WAIS-R)</i>P. 14
TABELA 9	<i>Anova da regressão linear para rejeição de H_0</i>P. 15
TABELA 9	<i>Comparação dos índices F-K nos diferentes tipos de perícia</i>P.16

I. INTRODUÇÃO

O artigo 108º do CPP refere-se claramente sobre a simulação de anomalia psíquica, explicando que a conclusão da mesma caduca os preceitos anteriores ao referido artigo, não sendo passível a aplicação de medida de segurança ao arguido em julgado. Para inferir sobre a veracidade de anomalia psíquica, o magistrado tem ao seu dispor os saberes técnicos, científicos ou artísticos, realizados pela solicitação dos atos periciais conforme evoca o artigo 151º do CPP. Quando existe a necessidade do saber psicológico este tipo de avaliações realizam-se em momentos designados por avaliações psico-legais.

A avaliação psicológica é uma das ferramentas mais requisitadas em contexto forense, a sua elaboração depende da entrevista realizada (Singh et al., 2007), constituída pela recolha de dados e pela instrumentalização, conforme as hipóteses formadas de modo pertinente (Silva, 1993). Durante as avaliações psicológicas, os enviesamentos nas respostas dadas, quer em testes ou na entrevista, são já esperados, havendo 10 a 20 % de comportamentos simulados neste tipo de avaliações, contra 1 a 5 % em contexto clínico (Wigant et al., 2011). Para dificultar mais ainda este tipo de avaliação sabe-se que atualmente com a informação disponível, o comportamento de simulação é provável de ser mais facilmente tentado (Simões et al., 2010; Hall & Hall, 2012) ou até mesmo sugerido por terceiros, como advogados (Victor & Abeles, 2004; Wetter & Corrigan, 1995 cit in King & Sullivan, 2005).

Ao observar o comportamento do sujeito simulador, os saberes sobre o mesmo podem resultar de diferentes fontes de informação e perspectivas teóricas.

De uma visão psicanalítica surge-nos o termo *impostor*, ilustrado maioritariamente por estudos de caso (Deutsh, 1955; Finkelstein, 1974; Greenacre, 1958, LaFarge, 2011). Nestes trabalhos os autores dinâmicos referem que estes sujeitos parecem ter, geralmente, alguns conflitos desorganizados ao nível dos estádios da sua infância, criando instabilidade no seu processo de crescimento e desenvolvimento relacional (LaFarge, 2011; Steiner, 2011). Estas desorganizações promovem lacunas emocionais na estruturação do mundo interno do sujeito, motivando relações de ilusão para com o mundo externo (Bíon cit. por LaFarge, 1995; Blum, 1981). As relações falsas promovem assim a defesa do self, apresentando um falso self ao outro, utilizando, conforme descreve a literatura, mecanismos de defesa tais como a racionalização, a negação e a clivagem do ego (Neto, 2007).

No que respeita à visão comportamental, um dos conceitos relacionados com a simulação é o conceito de *malingering*. Este é definido no DSM-IV-TR (APA, 2002) como “produção intencional de falsos, ou exagerados, sintomas, motivados por incentivos externos, como evitar o serviço militar ou a prática laboral, obter algum tipo de compensação, evitar

responsabilidades criminais ou obter drogas” (APA, 2002). A investigação realizada até ao presente tem utilizado instrumentos psicométricos na identificação de malingering na atitude do sujeito avaliado, sendo os mais reconhecidos o MMPI (Wigant et al., 2011), o SCL-90-R (Martínez, Orihuela & Abeledo, 2011), as Matrizes de Raven (Grieve & Mahar, 2010), a WAIS (Grieve & Mahar, 2010) e SIRS (Rogers et al., 2010) ou o TOMM (Wigant et al., 2011).

Das conclusões destes estudos observamos novos pontos de corte elaborados nos vários testes, deteção das estratégias utilizadas na atitude malingering, os sintomas mais referidos assim como as doenças mentais ou perturbações simuladas em maior número.

Simões e colaboradores (2010) referem que a prevalência de sujeitos simuladores tem aumentado, e que por isso, é necessário continuar a investigação sobre este comportamento.

Após a revisão de literatura advinda de duas perspetivas teóricas independentes, observamos algumas ideias relacionadas como o mesmo sujeito e que podemos relacionar entre si.

Verificamos que o sujeito simulador será uma pessoa com relações afetivas, passadas e atuais, pouco investidas, ou até mesmo falsas (Bión cit. por LaFarge, 1995). A sua personalidade é ilustrada segundo algumas características, entre as quais, postura manipuladora assumindo vários papéis e adotando falsos comportamentos, facilidade e fluidez verbal, desenvolvimento empático hipertrofiado, sentido intenso da realidade contudo paradoxal e envolvimento em temáticas esotéricas ou artificiais (Gediman, 1985).

No que concerne ao sujeito malingering, a literatura mostrou-nos que este toma uma atitude de manipulação a fim de obter ganhos secundários (Finkelstein, 1974)), adotando comportamentos na tentativa de iludir o avaliador, onde apresenta sintomas falsos e evoca experiências traumáticas que não chegaram a ocorrer.

Assim sendo, o presente estudo assenta na tentativa de analisar o sujeito simulador não apenas de uma perspetiva psicométrica, mas englobando os traços obtidos através dos testes psicológicos na dinâmica psíquica do sujeito, i.e., observar o simulador de um panorama psicanalítico e comportamental, complementando as informações obtidas das duas visões. Enriquecendo o conhecimento e colmatando lacunas que visões rígidas e unidirecionais possam ter.

II. PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES

A investigação que se realizou teve um carácter exploratório e descritivo, onde algumas questões foram elaboradas e investigadas a fim de ser possível uma melhor compreensão do sujeito simulador.

Os objetivos fundamentais a investigar neste estudo foram:

1. Caracterização de uma população forense avaliada em momento pericial no intervalo de tempo de 2008 a 2011. Distinguindo a população simuladora da não simuladora através dos índices de validade dos testes psicológicos realizados;
2. Identificação de características dos sujeitos simuladores obtidos através da correlação entre as variáveis analisadas (personalidade, inteligência, sintomatologia e contexto);
3. Compreensão do funcionamento psíquico do sujeito simulador através da análise qualitativa de protocolos de Rorschach.

De acordo com o que sugere a literatura, os scores PST são mais elevados em sujeitos simuladores (Sullivan & King, 2005). Deste modo elaborou-se a seguinte questão:

A. *“Um sujeito que apresente sintomatologia exagerada poderá estar a simular o seu comportamento de forma consciente durante a avaliação?”*

Para analisar esta questão apresentamos duas hipóteses:

H.A1: Quando o valor do índice PST do sujeito aumenta, maior é o resultado do índice F-K apresentado.

No que concerne à inteligência, Grieve & Mahar (2010) enunciam que os sujeitos simuladores têm tendencialmente um Q.I. superior. Deste modo apresentamos a seguinte questão é produzida:

B. *“De que modo o nível de inteligência do sujeito, Q.I., condiciona a possível simulação ou dissimulação?”*

Apresentamos uma hipótese para investigar esta questão:

H.B1: A diferença significativa entre a escala de validade F-K resulta de um maior Q.I. do sujeito.

Segundo Merckelbach, Smeets & Jelicic (2009), o tipo de contexto influencia a predisposição dos sujeitos para tentar falsear o seu comportamento aquando uma avaliação psico-legal. A questão apresentada de seguida reporta-se às possíveis diferenças que possam existir entre os índices de validade (F-K) dos sujeitos avaliados segundo o processo a que estavam referenciados:

C. *“O processo jurídico referente à avaliação psico-legal condiciona a motivação dos sujeitos para simular ou dissimular o seu comportamento?”*

Apresentamos assim 3 hipóteses para analisar a questão anterior:

H.C1: Sujeitos em avaliação do dano têm maior motivação para simular sintomas.

H.C2: Sujeitos em avaliação de competências parentais apresentam maior índice de dissimulação.

H.C3: Em avaliações de personalidade a maior predisposição para enganar o avaliador será através da simulação.

H.C4: A adoção de comportamentos de falsos é diferente

Os traços que são mais observados em sujeitos que simulam as suas respostas em questionários de autorrelato são do tipo paranoicos e esquizofrénicos (Wigant et al., 2011). Daqui surge-nos a seguinte questão:

D. *“Quais os traços de personalidade e sintomatologia mais apresentados por sujeitos que apresentem uma postura falsa numa avaliação psico-legal?”*

Deste modo as seguintes hipóteses tentam inferir sobre o tipo de traços e sintomatologia mais apresentados por sujeitos que adotem um comportamento falso numa avaliação psico-legal:

H.D1: Os sujeitos que apresentam comportamentos de simulação apresentam uma maior prevalência de traços de personalidade esquizofrénicos, paranoicos e maníacos.

H.D2: Os sujeitos que apresentam comportamentos de dissimulação apresentam uma maior prevalência de traços de personalidade depressivos e histéricos.

Segundo a literatura, os sujeitos que falseiam o seu comportamento apresentam mecanismos de defesa psíquicos associados a estruturas de pensamento limite, como a racionalização, o recalcamto e a clivagem (Finkelstein, 1974; Neto, 2007). Assim sendo, elaboramos a seguinte questão exploratória:

E. *“Os sujeitos que têm índices de validade inválidos em questionários de autorrelato apresentam uma maior prevalência de mecanismos de defesa limite nas suas respostas nos protocolos de Rorschach”*

Como hipóteses, também estas de carácter unicamente exploratório, apresentamos as seguintes ideias:

H.E1: Os sujeitos com *Índices F-K* inválidos têm estruturas de funcionamento psíquico com instabilidades ao nível das relações de objeto.

H.E2: Os sujeitos com perfis inválidos nos testes psicométricos têm nas suas respostas aos cartões Rorschach uma maior prevalência de mecanismos de defesa como a racionalização, recalcamto e a negação.

III. MÉTODO

Amostra

Foram consultados os arquivos internos, do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. – Delegação Sul, e das equipas da Direção Geral de Reinserção Social – EPL e PENAL2, analisando as perícias psicológicas realizadas no período entre 2008 e 2011, resultando num total de 475.

As perícias, solicitadas pelos vários tribunais, tinham diferentes finalidades, sendo agrupadas em cinco tipos de perícia requerida, **(a)** 55 Perícias de Personalidade (art. 160º CPP), **(b)** 172 Perícias Médico-Legais Complementares (art. 159º CPP), **(c)** 29 Avaliações Perícias do Foro Psicológico, **(d)** 50 Perícias de Promoção e Proteção de Menores (Lei 147/99) e **(e)** 169 Perícias de Organização Tutelar de Menores (art. 178º OTM).

Dos protocolos analisados, 83,2% são referentes a indivíduos portugueses, sendo os restantes 16,8% relativos a sujeitos com nacionalidade não portuguesa. Ao nível profissional, a amostra é constituída por 73,5% de sujeitos que exercem uma profissão, 2,9% estudantes, estando os restantes 23,6% em situação de desemprego à data da avaliação psicológica.

A média de idade da amostra total é 41,04 anos (SD=12,99).

Instrumentos

MiniMult

O Mini-Mult (Kincannon, 1968) é um inventário de personalidade composto por 71 itens, utilizado por vários autores (Corsello, 2008; Galhordas, 2000; Seco, Molinero & Esteller, 2003; Kincannon, 1968), sendo este uma versão reduzida com da prova original MMPI. Trata-se de um instrumento psicométrico que pretende proceder à avaliação dos principais elementos da personalidade através de oito escalas que representam traços de personalidade e ainda à deteção de psicopatologia aquando da sua existência.

A validade da prova obtém-se através do *índice F-K*, este que surge da diferença dos resultados brutos das escalas F e K. O *índice F-K* pode discriminar nos protocolos a tentativa de simulação ($F-K < 11$) ou dissimulação ($F-K > -15$) do examinado.

Symptom Check List 90 Revised (SCL – 90 – R)

O SCL-90-R (Derogatis, 1992) é um questionário de autorrelato de 90 itens, que tem como objetivo avaliar psicopatologia atual nos sujeitos (Derogatis, cit. por Sullivan & King, 2010). O SCL-90-R tem as seguintes nove escalas: somatização, transtorno obsessivo-

compulsivo, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranoide e psicoticismo. A classificação é realizada numa escala Likert de cinco pontos, variando de 1 (nada) a 5 (extremamente) onde maiores scores indicam maior grau de psicopatologia.

O índice global 'Total de Sintomas Positivos' (PST), é utilizado como indicador simulação. Consistente com recomendações do manual, a simulação é passível de existir em pontuações superiores a 50 para os homens e 60 para as mulheres, sendo a dissimulação possível de reportar em protocolos com um valor de PST inferior a 4 para ambos os sexos (Derogatis, 1992).

Matrizes Progressivas de Raven (MPR)

As MPR (Raven, Raven, & Court, 1998) são utilizadas para inferir sobre a capacidade de raciocínio fluido (Schulze, Beauducel, & Brocke; Vigneau & Bors; cit. por Grieve & Mahar, 2009). O sujeitos são solicitados a completarem uma série de problemas cada vez mais complexos da matriz da figura apresentada. A prova de MPR é muito considerada por ser uma prova de nível não-verbal (Anastasi & Urbina, cit. por Grieve & Mahar, 2009), ao contrário de outras provas não-verbais, sendo considerada menos tendenciosa do que as medidas tradicionais de inteligência (Anastasi & Urbina; Rosselli & Ardila; Vernon; cit. por Grieve & Mahar, 2009).

Escala de Inteligência de Weschler para Adultos – Revista (WAIS-R)

A WAIS-R (Weschler, 2008) foi utilizada para discriminar sujeitos com possíveis défices cognitivos, assim como perceber se os sujeitos avaliados poderiam ter simulado deficiência mental durante o exame pericial, apresentando níveis de *Q.I.* muito inferiores aos normais (Grieve & Mahar, 2009).

A Técnica Projetiva de Rorschach

O Rorschach permite a elaboração das preocupações essenciais do sujeito, dos modos de estabelecimento de relação e do funcionamento psíquico do mesmo (Chabert, 1993), assim sendo, será pela elaboração das respostas que é possível perceber o seu percurso e a lógica interna que sustenta as suas condutas (op. cit.).

Procedimento

Foi redigida uma carta institucional destinada à direção das duas instituições, INMLCF, I.P. e DGRS (ANEXO B), de onde se extraiu a amostra, propondo-se o projeto desta investigação e onde se acordava manter em anonimato qualquer dado relativo aos processos analisados de acordo com as normas éticas e deontológicas de investigação. Após aprovação do projeto, delineou-se um calendário para analisar os processos nas instituições e posteriormente inserir os dados pertinentes para o estudo.

Foram condições de exclusão, os protocolos em que não foi utilizado o questionário de personalidade Mini-Mult, a fim de se poder inferir sobre as escalas de validade do mesmo instrumento em todos os participantes da amostra.

Assim sendo dos 475 processos consultados, 14 processos foram excluídos por não preencherem os requisitos mencionados, obtendo-se uma amostra de 461 sujeitos a quem foram aplicados a prova Minimult.

Da amostra total ($N=465$) referente à utilização do Minimult foram também analisadas outras provas para responder às questões propostas. Assim sendo, da amostra total, 28 sujeitos também realizaram a prova WAIS-R ($N=28$), 341 realizaram as MPR ($N=341$) e 124 o SCL-90-R ($N=124$).

O teste Minimult foi utilizado para inferir quais os sujeitos que apresentariam possíveis comportamentos de simulação através da análise do *Índice F-K*. Observou-se as escalas clínicas mais elevadas referentes aos sujeitos simulados (*Índice F-K* >11) e aos dissimulados (*Índice F-K* <-15).

Os testes de inteligência, WAIS-R e MPR, foram utilizados para determinar se o *índice F-K*, i.e., o comportamento de possível simulação poderia ser explicado pelo valor do *Q.I.* dos sujeitos.

O teste de sintomatologia SCL-90-R foi utilizado para apurar se sintomatologia apresentada de forma exagerada (*Índice PST*) condicionava a tentativa de simular ou dissimular o comportamento dos sujeitos.

Posteriormente à análise dos protocolos que estariam inválidos pelo *índice F-K* foram selecionados por conveniência 4 protocolos de Rorschach, (2 simulados, 2 dissimulados), a fim de analisar o funcionamento psíquico dos sujeitos que apresentaram valores *índice F-K* inválidos através dos protocolos aplicados. Para tal foi realizada uma análise qualitativa que teve por base 3 categorias: (1) Movimentos ao longo do protocolo, (2) Mecanismos de defesa, (3) Relação com o objeto e Tipo de angústia.

Procedeu-se, em análise independente, à organização dos sujeitos consoante o tipo de processo judicial em que tinham sido avaliados para análise da existência de diferenças de

simulação consoante o tipo de processo. Os tipos de processo existentes são apresentados na tabela 1.

Tabela 1

Número de perícias realizadas consoante tipo de processo

Tipo de processo	Número de perícias
Perícias à Personalidade (art. 160º CPP)	55
Perícias Médico-Legais Complementares (art. 159 CPP)	172
Avaliações Foro Psicológico (CPP)	29
Perícias de Proteção e Promoção de Menores (Lei 147/99)	50
Perícias de Organização Tutelar de Menores (art. 178º OTM)	169

Tabela 1

O tratamento estatístico foi realizado através do *SPSS (Statistical Package for Social Science, versão 20)* com referência ao tipo de amostra obtido após a recolha. Sendo os métodos estatísticos a utilizar de cariz exploratório, a análise descritiva serão os procedimentos estatísticos que parecem adequados para o tratamento dos dados recolhidos.

A análise qualitativa dos protocolos de Rorschach foi realizada com base nos pressupostos referidos na literatura que aborda esta prova (Trautenberg, 1970; Silva, 1994, Chabert, 1998; Marques, 2001, Vasconcelos, 2010), sendo estes: (1) Movimentos ao longo do protocolo, (2) Mecanismos de Defesa, (3) Relação com o Objeto e (4) Tipo de Angústia Predominante (ANEXO C).

IV. RESULTADOS

Nesta secção iremos responder às questões propostas na secção Problemáticas e Hipóteses.

QUESTÃO A:

Ao responder à primeira questão (Questão A.), “*Um sujeito que apresente sintomatologia exagerada poderá estar a simular o seu comportamento de forma consciente durante a avaliação?*”, foi investigada através da realização de uma análise linear simples. Os pressupostos de validade para realização deste tipo de análise estão assegurados (ANEXO D).

H.A1 “Quanto maior o valor do índice PST do sujeito, maior será o resultado do índice F-K apresentado”

A análise linear simples (tabela 2) apresenta uma correlação entre as variáveis *índice F-K* e *PST*, demonstrada por $R^2 = 0.431$. Este valor indica-nos que 43.1% da variabilidade da variável *índice F-K* é explicada pelo *índice PST*. Da tabela ANOVA da regressão (tabela 3) verificamos um $p\text{-value} < 0.05$, o que nos permite rejeitar a hipótese nula. Apontamos assim a correlação entre as duas variáveis estatisticamente significativa, existindo relação entre si.

Tabela 2

Correlação entre variáveis Índice F-K e Índice PST

Model	R	R^2	R^2 (ajustado)	Desvio-Padrão	Durbin-Watson
1	,661 ^b	,436	,431	6,70048223	1,367

Tabela 2

N=124

Tabela 3

Anova da regressão linear para rejeição de H_0

Modelo	Soma Quadrados	df	Média Quadrado	F	Sig.
Regressão	3995,984	1	3995,984	89,004	,000 [*]
Residual	5163,093	115	44,896		
Total	9159,077	116			

Tabela 3

** $\alpha = 0,05$*

Para responder à hipótese realiza-se uma análise descritiva dos valores observados na nossa população. As escalas mais elevadas são a escala obsessão-compulsão, a sensibilidade interpessoal e a paranoia. Os valores são ilustrados na figura 1.

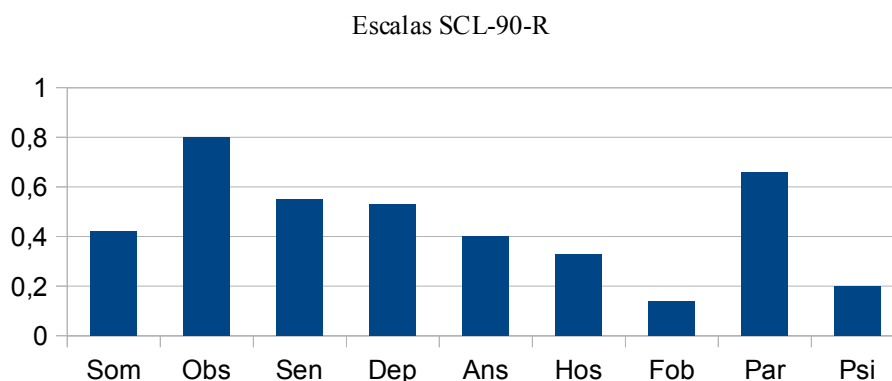


Figura 1 – Escalas SCL-90-R

QUESTÃO B

Ao responder à questão B, “*De que modo o nível de inteligência do sujeito, $Q.I.$, condiciona a possível simulação ou dissimulação?*”, a hipótese apresentada (H.B1) refere-nos a relação de duas variáveis independentes entre si. A hipótese coloca o *índice $F-K$* como a variável que depende. Sendo esta uma variável quantitativa, procedemos à realização de uma análise linear simples. Os pressupostos de validade para realização deste tipo de análise estão assegurados (ANEXO D).

Realizaram-se três análises lineares simples, duas referentes à utilização das MPR e uma referente à utilização da WAIS-R.

H.B1: A diferença significativa entre escalas de validade [$-15 < F-K < 11$] resulta de um maior $Q.I.$ do sujeito.

A análise linear simples quando utilizadas as MPR (tabela 4) apresenta uma correlação entre as variáveis *índice $F-K$* e $Q.I.$, demonstrada por $R^2 = 0.136$. Este valor indica-nos que 13.6% da variabilidade da variável *índice $F-K$* é explicada pelo índice de $Q.I.$ Ao observar a tabela da ANOVA da regressão referente a esta mesma prova (tabela 5) verificamos um valor de $p\text{-value} < 0.05$, o que nos permite rejeitar a hipótese nula. Apontamos assim a correlação entre as duas variáveis como estatisticamente significativa, existindo relação entre si.

Tabela 4

Correlação entre variáveis Índice F-K e Score MPR

Modelo	R	R^2	R^2 (ajustado)	Desvio-Padrão	Durbin-Watson
1	,372	,139	,136	8,46472280	2,073

Tabela 4

Tabela5

Anova da regressão linear para rejeição de H_0

Modelo	Soma Quadrados	df	Média Quadrado	F	Sig.
Regressão	3908,922	1	3908,922	54,555	,000*
Residual	24289,869	339	71,652		
Total	28198,792	340			

Tabela 5

* $\alpha=0,05$

H.B2: A diferença significativa entre escalas de validade $[-15 < F-K < 11]$ resulta de um maior Q.I. do sujeito ($Q.I. > 89$).

Quando se limita esta análise apenas aos sujeitos com valores de *Q.I.* iguais ou maiores que *normal*, ($Q.I. > 89$), notou-se que os resultados são muito semelhantes, sendo o *N* desta amostra muito aproximado ($N = 324$) à dimensão total da amostra quando contemplados para análise todos os protocolos em que foram utilizadas as MPR.

A análise linear simples (tabela 6) apresenta uma correlação entre as variáveis *índice F-K* e *Q.I.*, demonstrada por $R^2 = 0.135$. Este valor indica-nos que 13.5% da variabilidade da variável *índice F-K* é explicada pelo índice de *Q.I.* Ao observar a tabela da ANOVA referente a esta mesma prova (tabela 7) verificamos um valor de *p-value* < 0.05 , o que nos permite rejeitar a hipótese nula. Apontamos assim a confirmação de que existe influência da variável *Índice Q.I.* para com o *Índice F-K* quando a amostra contempla apenas sujeitos com um *Q.I.* normal ou superior à inteligência normal corrente, contudo as diferenças entre a relação *índice F-K* e *Q.I.* quando contemplados todos os níveis de inteligência são pequenos.

Tabela 6

*Correlação entre variáveis Índice F-K e Score MPR
(score igual ou superior à inteligência normal corrente)*

Model	R	R^2	R^2 (ajustado)	Desvio-Padrão	Durbin-Watson
1	,370	,137	,135	8,43700074	2,102

Tabela 6

$N = 324$

Tabela 7

Anova da regressão linear para rejeição de H_0

Modelo	Soma Quadrados	df	Média Quadrado	F	Sig.
Regressão	3646,636	1	3646,636	51,229	,000*
Residual	22920,920	322	71,183		
Total	26567,556	323			

Tabela 7

* $\alpha = 0,05$

Índice F-K vs WAIS-R

Por outro lado, quando utilizada a WAIS-R os valores já não se comportam da mesma maneira. Ao ser observado o valor de R^2 (tabela 8) encontramos uma percentagem de apenas 6% da amostra em que o *Q.I.* explica os valores encontrados no *índice F-K* dos sujeitos. E ainda, ao rever a tabela ANOVA (tabela 9) verifica-se um $p\text{-value} > 0.05$, o que nos indica a confirmação da hipótese nula, “*A diferença significativa entre a escala de validade F-K não resulta de um maior Q.I. do sujeito*”.

Tabela 8

Correlação entre variáveis Índice F-K e Score Q.I. total (WAIS-R)

Model	R	R^2	R^2 (ajustado)	Desvio-Padrão	Durbin-Watson
1	,075	,006	-,033	8,63335840	1,371

Tabela 8

Tabela 9

Anova da regressão linear para rejeição de H_0

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regressão	11,057	1	11,057	,148	,703 [*]
Residual	1937,907	26	74,535		
Total	1948,964	27			

Tabela 9

^{*} $\alpha = 0,05$

QUESTÃO C

Ao responder à questão C, “O processo jurídico referente à avaliação psico-legal condiciona a motivação dos sujeitos para simular ou dissimular o seu comportamento?”, as hipóteses elaboradas (H.C1 e H.C2) referem-nos as diferenças dos valores relativos ao *índice F-K* entre os tipos de perícias realizadas no intervalo de tempo entre diferentes grupos.

O teste usado nesta análise é o teste de Wilcoxon-Mann-Whitney, uma vez que se pretende comparar as funções de distribuição de uma variável ordinal medida em várias amostras independentes (Marôco, 2010). Neste caso a variável ordinal (dependente) é o *índice F-K*, e as amostras (variáveis) independentes os diferentes *tipos de perícia*.

H.C1: Sujeitos em avaliação do dano têm maior motivação para simular sintomas.

Ao comparar o *Índice F-K* dos protocolos das Perícias à Personalidade (art. 160º CPP) com os outros tipos de perícias, não encontramos diferenças estatisticamente significativas, à exceção das perícias referentes à Personalidade para efeitos de Regulamentação do Poder Paternal, neste caso a Perícia de Personalidade para Regulamentação Paternal (art.178º OTM).

Na tabela 10 apresentam-se os valores dos *p-value* referentes a estas diferenças.

Tabela 10
Comparação dos índices F-K nos diferentes tipos de perícia

Tipos de Perícias	P-Values*	Estatística Z
Perícia Personalidade (art. 160ºCPP) vs Perícia Médico-Legal (159ºCPP)	,198	-1,288
Perícia Personalidade (art. 160ºCPP) vs Avaliação Foro Psicológico	,752	-,316
Perícia Personalidade (art. 160ºCPP) vs Perícia para Regulamentação Poder Paternal (art. 178ºOTM)	,00	-3,566
Perícia Personalidade (art. 160ºCPP) vs Perícia Promoção e Proteção de Menores (Lei 147/99)	,074	-1,789

Tabela 10
** $\alpha = 0,05$*

H.C2: Sujeitos em avaliação para regulamentação parental apresentam maiores índices de dissimulação.

Ao comparar o *Índice F-K* dos protocolos referentes às Perícia para Regulamentação do Poder Paternal (art.178ºOTM) com os outros tipos de perícias, encontramos diferenças estatisticamente significativas, à exceção das perícias referentes à Promoção e Proteção de Menores (Lei 147/99).

Na tabela 11 apresentam-se os valores dos *p-value* referentes a estas diferenças.

Tabela 11
Comparação dos índices F-K nos diferentes tipos de perícia

Tipos de Perícias	P-Values*	Estatística Z
Perícia para Regulamentação Poder Paternal (art. 178º OTM) vs Perícia Médico-Legal (art. 159ºCPP)	,000	-7,855
Perícia para Regulamentação Poder Paternal (art. 178º OTM) vs Avaliação Foro Psicológico	,000	-3,883
Perícia para Regulamentação Poder Paternal (art. 178º OTM) vs Perícia Personalidade (art. 160ºCPP)	,000	-3,566
Perícia para Regulamentação Poder Paternal (art. 178º OTM) vs Perícia Promoção e Proteção de Menores (Lei 147/99)	,054	-1,930

Tabela 11
** $\alpha = 0,05$*

QUESTÃO D

Para responder à questão, “*Quais os traços de personalidade mais apresentados por sujeitos que apresentem uma postura falsa numa avaliação psico-legal?*”, as hipóteses elaboradas (H.D1 e H.D2) referem-se aos traços mais observados nos sujeitos com comportamentos de simulação (*Índice F-K > 11*; *N=12*) e em sujeitos com comportamentos de dissimulação (*Índice F-K < -15*; *N=113*). As análises foram realizadas por meio de uma análise inferencial dos valores brutos das escala clínicas da prova Minimult.

H.D1: Os sujeitos que apresentam comportamentos de simulação apresentam uma maior prevalência de traços de personalidade esquizofrénicos, paranoicos e maníacos.

Ao verificar a figura 2 observa-se que os traços de personalidade mais elevados nos sujeitos com um *Índice F-K > 11* são referentes às escalas clínicas 'Escala Sc' (esquizofrenia), sendo a 'Escala D' (depressão) a segunda escala mais elevada e a terceira escala mais elevada a 'Escala Pt' (psicastenia).

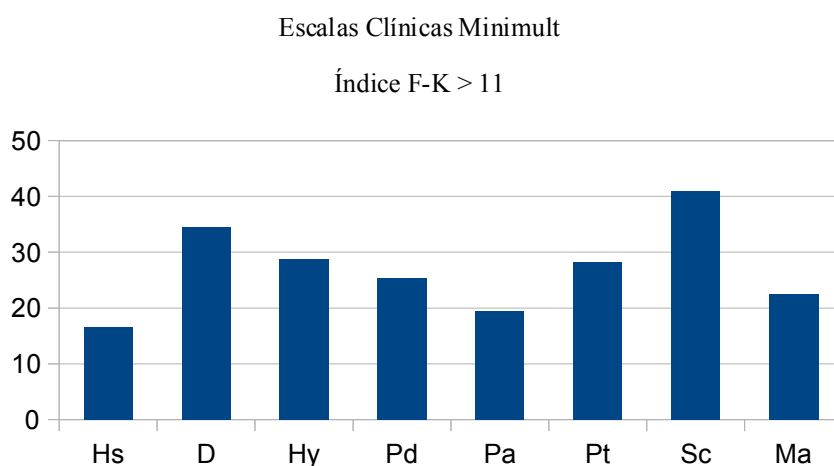


Figura 2 - Escalas clínicas Minimult (Índice F-K > 11).

H.D2: As escalas clínicas mais elevadas nos sujeitos dissimulados são a depressão e a histeria.

Observando a figura 3, verificamos que as três escalas mais elevadas nos sujeitos tidos pelo *Índice F-K* como dissimuladores são, a 'Escala Hy' (histeria), a 'Escala D' (depressão) e a 'Escala Pd' (desvio psicopático).

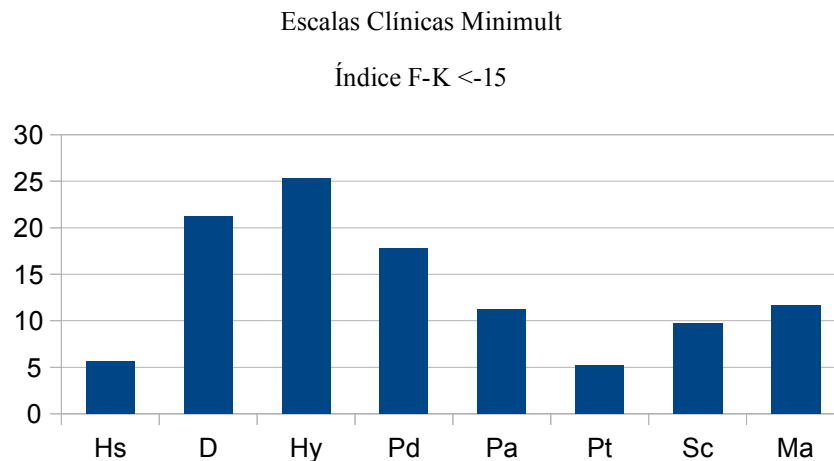


Figura 3 - Escalas clínicas Minimult (Índice F-K > 11).

QUESTÃO E

A Questão E reporta-se ao modo de funcionamento psíquico dos sujeitos com resultados de validade em testes psicométricos inválidos, sugerindo possível simulação.

H.E1, H.E2 e H.E3:

Nos protocolos referentes a sujeitos com um *Índice F-K > 11* na avaliação psicométrica constata-se um maior uso de mecanismos de defesa mais evoluídos como a racionalização ou a idealização, a par do uso do recalcamento, recusa, retraimento libidinal e formação reativa.

O tipo de relação objetal presente em ambos os protocolos é uma relação que se encontra entre a relação anaclítica e a relação de castração.

O tipo de angústia que foi associada a estes protocolos trata-se de uma angústia onde está presente a castração e/ou o medo da perda pelo objeto.

Os mecanismos de defesa que se apuraram são além dos enunciados na hipótese mecanismos como o retraimento libidinal, perseveração, formação reativa e fuga/evitamento.

V. DISCUSSÃO

Nesta secção iremos discutir os resultados obtidos ao longo das várias questões propostas tendo por base algum enquadramento teórico referente ao tema.

Na primeira questão (Questão A) chegámos à conclusão que cerca de 43,1% do *Índice F-K* é explicado pela sintomatologia apresentada pelo sujeito. Este valor leva-nos a responder afirmativamente à questão proposta. Sullivan e King (2010) reportam no seu estudo a sensibilidade interpessoal como o sintoma com maior score na amostra malinge. No entanto, no nosso estudo, os sintomas mais referidos vão de encontro a alguns encontrados na amostra de simuladores da investigação de McGuire e Shores (2001), sendo estes a obsessão-compulsão, seguindo-se a paranoia e a depressão, indo contra os resultados a que os autores (Sullivan & King, 2010) chegaram, uma vez que estes esperavam resultados referentes a uma possível psicopatologia como encontramos no nosso estudo. As subescalas que encontramos com os valores mais elevados são também encontradas no estudo de Vetter e colaboradores (2009). Encontramos ainda uma concordância em relação ao uso do *Índice PST* com a conclusão a que os estudos (Martínez, Orihuela & Abeledo, 2011; Sullivan & King, 2010; Vetter, Gallo, Rossler, & Lupi, 2009) têm chegado uma vez que os autores referem o *Índice PST* como um bom preditor de uma possível simulação.

No que respeita à Questão B, tentámos apurar de que modo a inteligência é um fator predominante para se obter sucesso num comportamento de simulação. Ao observar a relação entre a inteligência e o comportamento de simulação quando a amostra contempla todos os sujeitos, observamos que apenas 13,6% dos comportamentos de simulação são explicados pela inteligência. Ao restringir a amostra apenas aos sujeitos que têm um nível de *Q.I.* >89 apuramos que a explicação dada pela inteligência para explicar o comportamento de simulação difere apenas em uma décima, sendo 13,5%.

De acordo com a elaboração de novos pontos de corte para esta prova referidos por Gudjonsson & Shackleton (2011), poderíamos esperar que este valor aumentasse, uma vez que já não tínhamos na nossa amostra sujeitos com um valor de *Q.I.* <89, contudo na nossa amostra o resultado é muito próximo, o que nos indica que a inteligência poderá explicar o comportamento de simulação, mas apenas em parte, não parecendo ser um fator predominante para o sucesso deste tipo de atitude.

Não nos foi possível confirmar a relação entre a inteligência e o comportamento de simulação ao usar a WAIS-R, uma vez que encontramos apenas 6% do comportamento de

simulação explicado pelo fator inteligência, levando-nos a análise da ANOVA da regressão a confirmar H0, concluindo que os comportamentos de simulação não resultam de um maior Q.I. do sujeito. Contudo podemos ter em conta o tamanho da amostra em que foi aplicado este teste ($N=28$) o que poderá ter condicionado a análise desta questão.

A Questão C refere-nos a possibilidade de existirem diferenças entre os *Índices F-K* dos sujeitos consoante o tipo de perícia em que estão a ser avaliados. Conforme os estudos que fomos revendo (Merckelbach, Smeets & Jelicic, 2009) parece existir uma probabilidade entre 13% e 29 % de um sujeito simular sintomas numa perícia de avaliação de dano psicológico. Os mesmos autores referem 17% a 19% de probabilidades de um sujeito tentar *enganar* o avaliador em perícias de personalidade. Neste estudo concluímos que, o possível comportamento de simulação presente numa Perícia à Personalidade (art. 160º CPP) não difere significativamente do comportamento de simulação presente em outros tipos de perícia, com exceção da perícia à Personalidade para Regulamentação do Poder Paternal (art. 178º OTM), o que pode ser explicado pelo facto de que neste tipo de perícia é mais passível de encontrarmos comportamentos dissimulados, i.e., a tentativa de ocultar sintomas, dando uma boa imagem de si ao avaliador. Importa ainda referir que a diferença do *Índice F-K* entre as Perícias à Personalidade (art. 160º CPP) e as Perícias para Promoção e Proteção de Menores (Lei 147/99) são *marginalmente significativas*, o que fará sentido, uma vez que nestas a necessidade de dissimular é semelhante ao que acontece nas Perícias de Personalidade para Regulamentação do Poder Parental (art. 178º OTM).

Ao observar os resultados da segunda hipótese desta questão verificamos que parece existir uma associação entre as duas perícias referentes à avaliação de progenitores, uma vez que constatamos diferenças significativas para com todos os tipos de perícias em relação à Perícia de Personalidade para Regulamentação Parental com exceção da Perícia para Promoção e Proteção de Menores. O que poderá justificar um futuro investimento do estudo sobre a simulação neste tipo de perícia.

Na Questão D esperávamos, segundo a literatura (Wigant et al., 2011), que os traços mais salientes em sujeitos com possíveis comportamentos de simulação fossem traços esquizofrénicos e maníacos. Os resultados observados neste estudo vão em parte ao encontro dos autores, sendo a primeira conforme o estudo referido, a esquizofrenia ($X=40,92$). No que concerne à hipótese exploratória sobre o comportamento dissimulado, as escalas mais elevadas são a histeria ($X=25,35$), a depressão ($X=21,98$) e a psicastenia ($X=17,79$). Verificámos ainda uma diminuição dos valores das escalas clínicas, estes já esperados uma

vez que este grupo tenta encobrir mais a sua sintomatologia e traços de personalidade para dar uma melhor imagem de si.

Ao realizar a análise de conteúdo referente à Questão E, pelo seu caráter exploratório não nos é possível fundar conclusões absolutas como nas questões anteriores. Contudo verificamos algumas ideias que poderão servir para futuros estudos. Os protocolos quer de sujeitos simulados quer de sujeitos dissimulados parecem ter mecanismos rígidos, a fim de evitar ou minimizar o aparecimento de elementos que condicionem o funcionamento do mundo interno dos sujeitos (Chabert, 1998), assim como mecanismos mais lábeis, onde o recurso a elementos internos (normalmente os afetos) emergem na defesa contra outros elementos da realidade interna como as representações (op. cit.). No que respeita aos mecanismos de defesa utilizados, apontamos ainda a relação entre os mecanismos de defesa enunciados pela literatura sobre o impostor (Neto, 2007) e alguns dos mecanismos de defesa observados nos sujeitos simulados (*e.g.* racionalização e negação).

As relações objetais presentes diferem entre as relações de perda e as relações de castração, o que também coincide com a literatura proposta (LaFarge, 1995; Greenacre, 2011)

Nestes casos, onde o sujeito tenta simular ou dissimular o seu comportamento, poderá estar um investimento contra o mundo externo, defendendo-se com recurso aos seus elementos internos (Chabert, 1998), ou seja, parece existir o que LaFarge (1995) define como uma postura aniquilante para com o mundo externo aquando o sujeito simulador adota a postura de manipulação, bloqueando as suas elaborações às respostas da prova. Encontramos também relações objetais mais rígidas, podendo para o caso designá-las como relações mais genitalizadas, contudo com algumas referências menos evoluídas, do tipo anaclítico. Os tipos de angústia que parecem surgir nos protocolos são angústias de separação e angústias de ordem referente à castração.

Observamos assim, instabilidades nas relações objetais que têm vindo a ser referidas ao longo dos estudos (Greenacre, 2011; Ross, cit. in Gediman, 1985; Deutsch, 1955).

Por esta análise ter sido unicamente de caráter exploratório preferimos dizer que tanto os sujeitos simulados como os sujeitos dissimulados apresentam funcionamentos que podem encontrar-se entre uma estrutura mais ou menos evoluída, provavelmente entre o funcionamento limite e o funcionamento neurótico.

Deste modo, percebemos o benefício de usar testes psicométricos na caracterização do sujeito simulador, através da análise de índices de validade que possibilitam inferir sobre a possível simulação de comportamento em avaliação psico-legal, mas que na ausência destes,

ou na invalidade dos mesmos, a ressalva do uso de testes projetivos, como o Rorschach, este que pode ser visto como a (voltar) a ocupar “*um lugar central no arsenal das técnicas projetivas para a investigação da estrutura da personalidade, enquanto objeto mediador de interação examinador-examinado e capaz de servir de superfície recetora da projeção e da transferência*” (Silva, 1994, p.489), afim de um exame mais rico, mais difícil de manipular pela sua variabilidade e, mais importante, mais fidedigno para o juiz, último cliente do relatório pericial.

Finalizando esta discussão, concluímos que sobre o sujeito simulador, presente na nossa amostra a sintomatologia que este apresentou é importante de analisar e confirmar, uma vez que esta poderá estar na base da possível simulação. A inteligência dos sujeitos analisados não pareceu ser um fator decisivo para que a simulação fosse melhor sucedida. O tipo de contexto em que os sujeitos foram avaliados motivou a possível simulação dos sujeitos da nossa amostra, estes que apresentaram traços de personalidade de índole diferente, consoante simulavam (esquizofrenia) ou ocultavam (depressão) a sua personalidade. E por último, a utilização de uma metodologia de carácter dinâmico e projetivo poderá elucidar-nos sobre o tipo de funcionamento que o sujeito simulador tem. Assim, o uso conjunto das várias técnicas, ainda que de perspectivas e saberes totalmente distintos poderá fazer sentido, uma vez que a seleção simultânea quer da psicometria quer da técnica projetiva poderá permitir um maior número de hipóteses explicativas sobre dado fenómeno, possibilitando um melhor esclarecimento do tribunal ou da entidade que requisita o relatório pericial.

VI. LIMITAÇÕES | ESTUDOS FUTUROS

Devemos enunciar algumas das limitações que foram transversais a este estudo.

Uma delas prende-se com o facto deste estudo ser um estudo documental, embora através do material recolhido se tenha chegado a algumas conclusões, o material utilizado já estava cotado, sendo que não foi realizada nenhuma aplicação instrumental. A análise dos protocolos de Rorschach também poderá constituir uma limitação ao estudo, uma vez que o autor não tem formação específica para utilizar este instrumento, contudo a análise teve um carácter exploratório e foi efetuada através de pesquisa especializada, assim como discutida com profissionais especializados nessa prova projetiva.

Sobre possíveis linhas para futuras investigações, podemos deixar claro a necessidade de utilizar testes mais finos que avaliem os comportamentos de simulação em contexto forense, assim como a aferição desses testes para a população portuguesa. O uso do Rorschach parece ser uma clara necessidade neste tipo de avaliações, devido à sua profundidade enquanto teste. Quem sabe o início de alguns estudos de caso sobre o comportamento de simulação, utilizando uma análise fina de um protocolo de Rorschach pois essa é também uma lacuna que parece existir neste tema.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychiatric Association (APA). (2002). Diagnostic and Statistical manual of mental disorders, text revision. 4th ed. Washington, DC.
- Blum, H.P. (1981). Object inconstancy and paranoid conspiracy. *Journal American Psychoanalytic Association*. 29, 789-813.
- Chabert, C. (1998). O Rorschach na clínica do adulto. *Manuais Universitários, série metodologias*. Climepsi.
- Corsello, C. C. (2008). Quando o corpo grita o que a alma açaima. *Tese apresentada para obtenção de grau de Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica*. ISPA
- Derogatis, L., 1992. SCL-90-R: Administration, Scoring and Procedures Manual II for the Revised Version. Clinical Psychometric Research, Towson, MD.
- Deutsch, H. (1955) The impostor: contribution to ego psychology of a type of psychopath. In *Neuroses and Character Types*. New York: International University Press. 319-338
- Facy, F. F., Rabaud, M. M., Lys, M. M., & René, M. N. (1999). Traits de personnalité et usages de psychotropes dans une population de jeunes adultes consultants. Utilisation du Mini-Mult. *Annales Médico-Psychologiques*, 157,1, 27-39
- Finkelstein, L. 1974 The impostor: aspects of his development *Psychoanalytic Quarterly* 43, 85-114
- Gediman, H. K. (1985). Imposture, Inauthenticity, and Feeling Fraudulent. *Journal Of The American Psychoanalytic Association*. 33, 911-926
- Garnier Z. L. A., & Leandro, M. A. (1994). Consideraciones para eliminar K como fator de corrección en el Mini-Mult 82. *Acta Psiquiátrica Y Psicológica De América Latina*, 40, 4, 321-324
- Galhordas, J. G. A. (2000). O adolescente que faz uma Tentativa de Suicídio e o seu processo de Autonomia. *Tese apresentada para obtenção de grau de Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica*. ISPA
- Greenacre, P. (2011). The Impostor. *Psychoanalytic Quarterly*. 80, 1025-1046
- Greenacre, P. (1958). The impostor. *Psychoanalytic Quarterly*. 27, 359-382
- Grieve, R. & Mahar, D. (2010). The role of fluid and emotional intelligence in malingering. *Australian Journal of Psychology*. 62, 2, 103-111
- Gudjonsson, G., & Shackleton, H. (1986). The pattern of scores on Raven's Matrices during faking bad and non-faking performance. *British Journal of Clinical Psychology*, 25, 35-41

- Guilford, J. P., & Fruchter, B. (1978). *Fundamental statistics in psychology and education* (6th ed.). New York: McGraw-Hill.
- Hall, R., & Hall, R. (2012). Plaintiffs who malingering. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. Roberts (Eds.), *New Perspectives on Faking in Personality Assessment* (pp. 255– 281). New York, NY: Oxford University Press.
- LaFarge, L. (2011). Two Papers on “The Impostor”. *Psychoanalytic Quarterly*. 80, 1047-1060
- LaFarge, L., (1995). Transferences Of Deception. *Journal of the American Psychoanalytic Association*. 43, 765-793
- King, J., Sullivan, A. K. (2005). Detering malingered psychopathology: *The effect of warning simulating malingerers*. Australian Psychological Society College of Clinical Neuropsychologists Annual Conference, Melbourne.
- Kincannon, J. C. (1968). Prediction of the Standard MMPI Scale Scores From 71 items: The Mini-Mult. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. 32, 3
- Marôco, J. P. 2010. *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. ed. 1. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Martínez, N., Orihuela, M. J. & Abeledo, M. (2011). Evaluación de Simulación de Incapacidad Laboral Permanente Mediante el Sistema de Evaluación Global (SEG). *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*. 2, 207-224
- Marques, M. E. (2001). O Rorschach. In. *A Psicologia Clínica e o Rorschach*. (p. 45-125)
- Merckelbach, H., Smeets, T., Jelicic, M. (2009). Experimental simulation: Type of malingering scenario makes a difference in *Journal os Forensic Psychiatric & Psychology*. 20, 3, 378-386
- Morais, C. M. (2005). *Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*. Escola Superior de Educação – instituto politecnico de bragança.
- McGuire, B.E., Shores, E.A., 2001. Simulated pain on the Symptom Checklist 90-revised. *Journal of Clinical Psychology*. 57, 1589-1596
- Neto, A. N. (2007). A problemática do falso self em pacientes de tipo borderline: revisitando Winnicott. *Revista Brasileira de psicanálise*. 41, 4
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de Dados para Ciências Sociais – SPSS*. Ed. 1. Silabo.
- Raven, J., Raven, J. C., & Court, J. H. (1998). *Manual for Raven’s progressive matrices and vocabulary scales: Section 4*. Oxford: Oxford Psychologists Press.(pp.319-325).
- Rogers, R., Vitacco, M. J. & Kurus, S. J. (2010). Assessment of Malingering With Repeat Forensic Evaluations: Patient Variability and Possible Misclassification on the SIRS and Other Feigning Measures. *Journal American Academy Psychiatry Law*. 38, 109-

- Seco, F., Molinero, J., & Esteller, B. (2003). Personalidad y trastornos de la conducta alimentaria: *Uso del Mini-Mult en la valoración de pacientes externas con trastorno alimentario*.
- Silva, J. M. P. (1993). A Propósito do Exame Psicológico no Âmbito Penal. *Análise Psicológica*, 1 (XI), 29-36
- Silva, J. M. P. (1994). Rorschach na Avaliação Psico-Legal: Do Uso e do Abuso. *Análise Psicológica*. 4, 12, 485-491
- Simões, M., Sousa, L., Duarte, P., Firmino, H., Pinho, M. S., Gaspar, N., Pires, L., Batista, P., Silva, A. R., Silva, S., Ferreira, A. R., França, S. (2010). Avaliação da simulação ou esforço insuficiente com o Rey 15-Item Memory Test (15-IMT): Estudos de validação em grupos de adultos idosos. *Análise Psicológica*. 28, 209-226
- Singh, J., Avasthi, A. & Grover, S. (2007). Malingering of Psychiatric Disorders: A Review. *German Journal of Psychiatry*. 10, 126-132
- Trautenberg, N. R. (1970). A Prática do Rorschach. Editora Cultrix: São Paulo
- Steiner, J. (2011). The impostor Revisited. *Psychoanalytic Quarterly*. v.80. (pp.1061-1071).
- Vetter, S., Gallo, W. T., Rossler, W. & Lupi, G. (2009). The Pattern of Psychopathology Associated With Malingering Tendencies at Basic Psychiatric Screening of the Swiss Armed Forces. *Military Medicine*. 174, 2-153
- Wechsler, D. (2008). Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos – Manual. (3a ed.). Lisboa: CEGOG-TEA.
- Wigant, D. B., Anderson, J. L., Sellbom, M., Rapiet, J. L., Allgeier, L. M., Granacher, R. P. (2011). Association of the MMPI-2 Restructured Form (MMPI-2-RF) Validity Scales with Structured Malingering Criteria. *Psychology Injury and Law*. 4, 13-23

ANEXOS

ANEXO A

Bom dia,

Informo que o seu pedido para um trabalho de mestrado foi autorizado por despacho do senhor subdiretor geral, Dr. Luis Couto, de 31-07-2012, podendo ser feito nas Equipas Lisboa EP's 1, Lisboa Penal 2, Setúbal 1, Setúbal 2 e Lezíria do Tejo.

Deverá contactar estas equipas a partir do início de Setembro ou a Delegação Regional de Lisboa, a fim de combinar o que houver por conveniente.

Com os melhores cumprimentos

João Agante

João Agante
Técnico superior



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Reinserção Social
Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento
Serviços Centrais - Av. Almirante Reis, nº 72
1150-020 - Lisboa
T 211 142 500 7 213 176 171
+ joao.agante@dgers.mj.pt U www.dgers.mj.pt

ANEXO C

Análise qualitativa de protocolos de Rorschach

A fim de realizar esta análise foram elaboradas quatro categorias:

(A) Movimentos de interesse ao longo do protocolo

Ao contrário das preocupações pela padronização e rigor numérico dos testes psicométricos, as respostas no protocolo de Rorschach são legitimadas pela compreensão, interpretação e significação (Marques, 1998, 2001) do avaliador. Ainda que outros elementos como a aplicação (contexto), o material e os diversos fatores de cotação precisa, sejam importantes para uma boa cotação, podemos ter em consideração que o mais importante que se destaca desta prova é o jogo entre as representações e os afectos, “através do qual se desvenda o que de mais profundo constitui a essência do sujeito” (Marques, 1998, p.12), indo ao encontro do que Traubenberg (1970) preconiza quando refere os “movimentos regredientes ou progredientes” (p.10) onde deambulam as defesas e as adaptações do sujeito. Percebemos assim que terá interesse observar os movimentos ao longo dos cartões uma vez que estes nos poderão facilitar a observação dos processos dinâmicos do funcionamento mental, relatados e implícitos nas elaborações do sujeito (Marques, 2001), possibilitando uma abordagem pluridimensional na compreensão do mesmo (Chabert, 1998).

(B) Mecanismos de Defesa

Os mecanismos de defesa elaborados numa prova como o Rorschach permitem determinar a flexibilidade ou a rigidez da organização defensiva do sujeito (Chabert, 1998).

As defesas que têm como função distanciar a angústia, ou o desprazer, conservando o carácter mais primitivo do sujeito (Chagnon, 2009).

Assim torna-se impreterível atentar nos mecanismos de defesa que os sujeitos possam apresentar uma vez que os mesmos tomam significados diferentes segundo o contexto conflitual em que se integram (Chabert, 1998).

(C) Relação com o Objeto e Angústia

Em cada protocolo de Rorschach podemos observar o problema de angústia presente, a sua natureza e as funções que esta ocupa no funcionamento psíquico do sujeito e da sua relação para com o objeto (Chabert, 1998).

Consoante o tipo de angústia presente assim será o tipo de funcionamento e o tipo de

relação objetal. Consideraremos assim os tipos de angústia descritos na literatura (Chabert, 1998) sendo estas, de castração, de perda objetal e de aniquilamento.

Protocolo (A)

I 14" $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 1. Não sei (...) parece um morcego 22"	Vejo o morcego aqui, pelas patas e as asas, a voar.
II 22" $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 2. Isto parece uma caveira 27"	Vejo a caveira aqui, com os olhos, o nariz e a boca
III 4" $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 3. Parece um homem, aqui a barriga 13"	Vejo o homem aqui, de cada lado, estão a falar
IV 19" $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 4. Parecem umas orelhas, parece um animal 36"	Vejo o animal aqui, está a andar
V 10" $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 5. Parece um animal, um morcego 15"	Vejo o morcego aqui, as orelhas, as patas e as asas, deve estar a voar
VI 10" $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 6. Não sei 18"	Recusa

VII 14” $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 7. Parece uma pessoa sentada 29”	Vejo a pessoa aqui, sentada
VIII 8” $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 8. Isto são uns animais numa floresta 14”	Vejo os animais na floresta aqui, a andar, a passear na floresta
IX 13” $\wedge \vee \wedge \vee < \wedge$ 9. Devem ser pessoas na floresta 19”	Vejo pessoas na floresta aqui, homens a passear na floresta
X 10” \wedge 10. Não faço a mínima ideia	Recusa
Escolhas positivas	V – por causa do morcego VIII – Por causa dos animais
Escolhas negativas	II – Não gosto da caveira III – Porque não consigo entender se são homens ou mulheres

Quadro 1

Análise Sujeito simulado (Índice F-K >11) (A)

Movimentos de interesse ao longo do protocolo	<ul style="list-style-type: none"> - Após observar-se todo o protocolo, ressalta-nos a manipulação de todos os cartões, rodando-os e acabando por ficar na sempre com o material na posição original. Excepto no Cartão V. Estas rotações podem ser tidas como movimentos contra-fóbicos. - As respostas elaboradas parecem ser sempre acompanhadas de precauções verbais como '<i>parece que</i>' ou '<i>devem ser</i>'. - No Cartão II o sujeito parece centrar-se em zonas onde a ausência de cor existe, i.e., nos brancos intramaculados. O foco a estes detalhes associado ao conteúdo da resposta elaborada lembra um desligamento pelo vital, uma dimensão de morte, onde a depuração do vazio surge pela nomeação do vazio "<i>os olhos, o nariz e a boca</i>". - No Cartão III parece haver uma identificação simbolicamente com o masculino latente do cartão através da sexualização do género da personagem que elabora, assim como do resto das suas partes, "<i>aqui a barriga e o nariz</i>", podendo o nariz ser visto como um substituto fálico, uma saliência que se desloca ao nível do fálico. - Observa-se um interessante detalhe dado ao material, as "<i>orelhas</i>" que parecem advir de detalhes brancos na parte superior do material. Sendo este animal possível de associar a uma personagem de autoridade, ainda que desconhecida. - No Cartão VII a personagem humana não é sexualizada, contudo a ação que lhe é conferida no inquérito poderá ser vista como uma ação pacífica bem integrada e/ou identitária para com a imago materna, ou porventura de ausência desta. - Após a concepção da imago materna anterior, o Cartão VIII parece conter um movimento regressivo quando o sujeito elabora na sua resposta "<i>animais numa floresta</i>". Aqui podemos ter que a floresta é um local de procura, associada aos contos de fadas, ao materno, onde a cor predispõe a reactividade afetiva do sujeito. Por outro lado, podemos ter o movimento dos animais neste conteúdo, como uma expressão mais dramática ou até idealizada de um movimento que parece desprovido de perigo, "<i>andar e passeiar</i>". - O Cartão IX apresenta um movimento que parece muito semelhante à resposta anterior, com o mesmo conteúdo, embora desta vez sejam pessoas em vez de animais que passeiam na floresta, local de procura. - Apontemos o facto de neste protocolo existir uma tendência para colocar os objetos em movimento, fazendo uma associação entre os movimentos reportados aos conteúdos dos cartões e os movimentos que o sujeito realiza ao rodar os cartões. A necessidade do agir parece ser implícita neste sujeito. - A nomeação, ou descrição para justificar as suas respostas também é observada em cartões a resposta parece ser banal como é o caso do Cartão V, onde nomeia as partes do objeto elaborado.
Mecanismos de Defesa	<ul style="list-style-type: none"> - Recalcamento: Pelas precauções verbais e dúvidas que são encontradas ao longo de todas as respostas do protocolo, com excepção dos cartões recusados e do Cartão V. - Idealização: Dos movimentos dos animais do Cartão VIII e do movimento das personagens no Cartão IX. - Recusa: Dos Cartões VI e X, como um comportamento de fuga, no caso do Cartão VI à pulsão de castração.
Relação com o Objeto	Parece ser uma relação entre o tipo anaclítica e o tipo genital.
Tipo de Angústia	Entre a angústia de perda objetal e a angústia de castração.

Protocolo (B)

<p>I 2''</p> <p>Λ 1. Uma borboleta</p> <p>8''</p>	<p>Vejo aqui, tem as asas e o corpo, a primeira coisa que me vem à cabeça é uma borboleta pousada</p>
<p>II 7''</p> <p>Λ 2. Uma borboleta</p> <p>11''</p>	<p>Vejo aqui, as asas e o corpo parece uma borboleta</p>
<p>III 4''</p> <p>Λ 3. Duas pessoas</p> <p>8''</p>	<p>Vejo aqui, parecem homens, parece que estão a segurar alguma coisa</p>
<p>IV 4''</p> <p>Λ 4. Faz-me lembrar um animal com as patas, cabeça, braços e um rabo, suponho que seja um urso</p> <p>19''</p>	<p>Vejo aqui, as patas, o corpo, a cabeça e o rabo, está de pé parado</p>
<p>V 9''</p> <p>Λ 5. Parece umas orelhas e umas grandes asas, talvez um morcego</p> <p>15''</p>	<p>Vejo aqui, tem as asas, as patas e os órgãos de orientação</p>
<p>VI 8''</p> <p>Λ 6. Uma pele estendida no chão de algum animal que tenha sido morto</p> <p>15''</p>	<p>Vejo aqui, uma pele de animal selvagem, porque vi muitas peles de animais selvagens em Moçambique como tapetes</p>

VII 12” Λ 7. Dois coelhos com orelhas e a boca 21”	Vejo aqui, os olhos, as bocas, as orelhas, estão a olhar um para o outro de boca aberta
VIII 6” Λ 8. Aqui faz lembrar dois gatos 9. Uma espécie de borboleta 15”	Vejo aqui, tem duas patas, o rabo e a cabeça, estão a trepar para qualquer coisa Vejo aqui, por causa das asas e da cor relativamente
IX 20” Λ 10. Dois cavalos-marinhos 27”	Vejo aqui, a parte da cabeça e do corpo todo, a cor não é importante, estão a olhar m para o outro
X 21” Λ 11. Um quadro de picasso 24”	Vejo aqui, parece uma pintura artística, por causa da dificuldade em descortinar aqui qualquer coisa, é uma coisa muito subjetiva
Escolhas positivas	VII e VIII - Porque que percebo o que está aí mais ou menos
Escolhas negativas	I e IV – Não se percebe muito bem o que está aí

Quadro 2

Análise Sujeito simulado (Índice F-K >11) (B)

<p>Movimentos de interesse ao longo do protocolo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O primeiro cartão é bem integrado, contudo a elaboração do sujeito necessita de ser justificada na resposta ao inquérito, sendo que a resposta é colocada sem movimento, “<i>pousada</i>”, podendo ser uma contenção da subjetivação do sujeito para com o material. - A passagem ao Cartão II parece trazer alguma informação do cartão anterior, o tempo de latência aumentou ainda que moderadamente e a resposta dada pode ser um retraimento libidinal para com a temática implícita no material, até pela precaução que utiliza no inquérito, “<i>parece ser uma borboleta</i>”. - A resposta é muito rápida e concisa. Sem grande investimento das personagens elaboradas nem do que fazem. Só no inquérito o sujeito sexualiza as personagens com o sexo masculino, no entanto a ação projetada é uma ação dúbia e sem precisão, quase que inibida face à problemática implicada no cartão. - Na resposta ao Cartão IV parece existir uma necessidade de justificar o que está a 'ver'. A precaução verbal nota-se pela maneira como o sujeito elabora as partes do objeto, que podemos entender de autoridade e talvez agressivo, até chegar à sua forma final, “<i>um urso</i>”. Esta precaução pode ser vista como um constrangimento da subjetivação, onde a necessidade, à semelhança do Cartão I, é de colocar o objeto sem movimento, “<i>está de pé parado</i>”. - O Cartão V recebe uma resposta que parece ser banal, contudo esta tem também algumas justificações parcelares associadas à resposta elaborada. - A resposta do Cartão VI parece ter uma resposta banal, com apelo a alguma noção da textura e esbatimento do material. No entanto é uma resposta com um conteúdo agressivo, e que no inquérito parece fazer lembrar memórias antigas e traumáticas. É interessante o sujeito neste cartão elaborar a sua resposta de maneira organizada e justificada até pelas suas vivências, e no inquérito de escolhas referir este cartão como escolha negativa por “<i>não se perceber bem o que está aí</i>”. - Observamos no Cartão VII uma elaboração que parece associar-se à temática do cartão, a relação com o materno. A explicação para a resposta dada observa-se outra vez, neste caso pela elaboração de órgãos sensoriais como as orelhas e a boca, no inquérito o sujeito acrescenta ainda os olhos, e refere a boca aberta, o que pode levar a pensar em duas hipóteses; a relação com o bom seio, a qualidade de prazer que se recebe desse bom seio e a satisfação dessa relação, os coelhos que olham um para o outro como uma mãe e um bebé que se olham à nascença, ou, uma atitude mais castradora, onde os olhos podem ser entendidos como uns olhos reprovadores assim como as orelhas e até a boca. - No Cartão VIII a primeira resposta pode associar-se a uma dimensão agressiva e sexual ao mesmo tempo, os “<i>dois gatos</i>” (felinos) que “<i>estão a trepar qualquer coisa</i>” e uma pacificação da reatividade ao cartão na segunda resposta. Parece existir uma relação passiva-agressiva implícita. - O tempo de latência aumenta o que pode ser entendido como uma precaução na elaboração da resposta, no entanto a resposta dada é uma resposta adaptada e que pode ser ligada ao materno. Os “<i>cavalos marinhos</i>” como objeto mitológico e arcaico, de dimensão muito precoce e primitiva. Contudo surge-nos a dúvida, a importância que o sujeito pode ter dado à cor, uma vez que este enuncia a pouca importância que esta tem, podendo ou não ser um verdadeiro desinteresse, e assim podendo ou não ser um retraimento em relação à cor do material, i.e., ao afeto implícito.
--	---

	<p>- A resposta ao Cartão X suscita a necessidade do sujeito ser fugaz na elaboração da resposta dada, criando uma organização algo intelectualizada ou até restritiva do material.</p>
Mecanismos de Defesa	<p>- Encontramos um hiperinvestimento da realidade externa na intensa caracterização do material apresentado, com as elaborações feitas através dos detalhes parcelares que as justificam por meio da racionalização.</p> <p>- As respostas rápidas e concisas, onde o anonimato de personagens é verificado parecem traduzir-se em movimentos inibitórios. No entanto estes movimentos não parecem ficar estagnados, sendo que no inquérito algumas respostas são investidas, contudo, o investimento parece ser parco de simbolismo.</p> <p>- Incongruência passiva-agressiva em algumas respostas com uma carga pulsional agressiva, mas que parece ser adaptada na elaboração da resposta (e.g. R: “<i>Faz-me lembrar um animal com patas, cabeça, braços e um rabo, suponho que seja um urso.</i>” Inquérito: “<i>Vejo aqui, as patas, o corpo, a cabeça e o rabo, está de pé parado</i>”).</p>
Relação com o Objeto	<p>Parece existir uma relação com prevalência da castração pelas relações de autoridade.</p>
Tipo de Angústia	<p>Da relação com problemáticas superegóicas o tipo de angústia que parece estar mais presente é uma angústia de castração.</p>

Protocolo (C)

I 2'' Λ 1. Um morcego 4''	Vejo aqui, as asas, pela fisionomia, está com as asas abertas a voar
II 11'' Λ 2. Um morcego 20''	Vejo aqui, uma proximidade, ao morcego, com as asas, a boca, as patas, estará a voar
III 8'' Λ 3. Um esqueleto de uma pessoa 4. Laço 15''	Vejo aqui, a parte do externo, na percepção de uma radiografia e dos contrastes das sombras. Vejo aqui pela fisionomia do laço Pessoas: Não.
IV 26'' Λ 5. As costas de uma forma de um animal, de um pinguim 40''	Vejo aqui, estas asas escuras e almofadadas, e o resto é um manto escuro pela densidade.
V 3'' Λ 6. Um morcego 6''	Vejo aqui, está a voar
VI 55'' Λ 7. É tão abstracto que não sei (...) um morcego	Vejo aqui, está na mesma a voar

58"	
VII 31"	
<p>Λ</p> <p>8. As pernas de algum animal</p> <p>35"</p>	Vejo aqui, dá a ideia da pernas do coelho, destas patinhas da parte da omoplata e da junção das duas partes
VIII 9"	
<p>Λ</p> <p>9. Dois ratinhos, um de cada lado</p> <p>19"</p>	Vejo aqui, pelas formas, estão a trepar um objeto
IX 13"	
<p>Λ</p> <p>10. Uns pulmões</p> <p>18"</p>	Vejo aqui, estas duas manchas, por ocuparem no nosso organismo duas simetrias
X 11"	
<p>Λ</p> <p>11. Um ser humano, o pescoço, o externo</p> <p>21"</p>	Vejo aqui, seria o pescoço, o externo e a parte da bacia vindo acabar nos órgãos genitais
Escolhas positivas	V e VIII – porque achei mais apelativos
Escolhas negativas	IV e VI – Pelo excesso de cor

Quadro 3

Análise Sujeito dissimulado (*Índice F-K < -15*)(C)

<p>Movimentos de interesse ao longo do protocolo</p>	<p>- A entrada no teste é adequada, parecendo existir um bloqueio logo no Cartão II com o aumento do tempo de latência e com a explicação elaborada no inquérito, “<i>é uma proximidade ao morcego</i>”, como se demonstrasse que tem noção da não exactitude da sua resposta. É de salientar também o facto de o sujeito colocar os objetos dos dois cartões no mesmo movimento, o que acontece também mais à frente (Cartão V e Cartão VI).</p> <p>- No Cartão III o sujeito depreende duas respostas. Da primeira, “<i>um esqueleto de uma pessoa</i>”, podemos colocar a hipótese do fraco investimento, quase morto, do relacional para este sujeito, isto porque existe uma pessoa, mas falta-lhe o corpo. Já a segunda resposta “<i>um laço</i>” poderá ser vista como uma tentativa de acrescentar mais alguma coisa à resposta anterior, ou porventura um défice na identidade do próprio, “<i>pela fisionomia do laço</i>”. A resposta ao inquérito limite poderá dar-nos a confirmação do desinvestimento relacional do sujeito ao não conseguir observar pessoas neste cartão.</p> <p>- A resposta ao Cartão IV parece ter um conteúdo pacífico, mas é na resposta ao inquérito que este animal ganha densidade e é ocultado pelo manto que o sujeito lhe coloca. Se associarmos a sua resposta à problemática implícita do cartão poderemos pensar numa relação com a autoridade densa, intensa, e de difícil de integração.</p> <p>- O tempo de latência aumenta substancialmente, parecendo que a resposta ao Cartão VI parece advir de uma perseveração da resposta ao Cartão V, contendo e adequando a sua resposta numa estratégia ao movimento sensorial intenso que precede do Cartão VI. O sujeito comenta o facto do material ser “<i>tão abstracto</i>” que não consegue, verbalmente, elaborar nenhuma resposta, daí a perseveração da resposta anterior.</p> <p>- No Cartão VII observamos uma resposta parcelar ao material apresentado. A problemática do cartão indica-nos a relação com a imago materno, e se associarmos a sua resposta a esta problemática poderemos pensar na hipótese de que a relação de vinculação/materna é uma relação, ainda que existente, parcelar. Observa-se no inquérito uma possível tentativa de ligar as partes, quiçá com este materno, através da “<i>junção das duas partes</i>”.</p> <p>- Os elementos integrados na resposta ao Cartão VIII poderão ser tidos como elementos, pacíficos ou até contrafóbicos, “<i>dois ratinhos</i>”. Parece este tipo de inibição deslocada aos elementos elaborados uma maneira de circunscrever a angústia. Observa-se ainda o movimento dos elementos elaborados explicado no inquérito, “<i>estão a trepar um objeto</i>”, sendo que este objeto não é identificado, podendo ser interpretado como uma censura ao que poderão os elementos estar a trepar.</p> <p>- A sensibilidade aos afectos esperada no Cartão IX parece estar condicionada, não havendo referência a elementos relativos à cor do cartão. Ou porventura, a resposta do inquérito “<i>duas manchas</i>” poderá introduzir-nos a ideia de que esta sensibilidade está bloqueada, como que manchada. A simetria a que o sujeito faz referência pode ser entendida como uma negação ao movimento projetivo, negando as diferenças através de um sobreinvestimento na simetria que elabora.</p> <p>- No Cartão X existe outra vez um apego à simetria do material, ainda que realize na sua resposta uma elaboração muito simples do ser humano, sem</p>
--	--

	<p>subetividade, e com um fraco sentido simbólico.</p> <p>Observa-se ainda um interessante detalhe, nas prova de escolhas negativas o sujeito escolhe o Cartão IV e VI, ambos de cor negra, ainda que com alguma profundidade, sendo que a justificção para esta escolha ser “<i>pelo excesso de cor</i>”</p>
Mecanismos de Defesa	<p>- Observamos mecanismos inibitórios aquando o sujeito elabora respostas contrafóbicas como a dada no Cartão VIII.</p> <p>- Parece existir um evitamento ou fuga às problemáticas relacionadas com a sexualidade, onde existem mecanismos de perseveração muito semelhantes como encontramos nos Cartões I, II, V e VI.</p> <p>- Observamos nas respostas aos Cartões III e IV uma referência a conteúdos de esbatimento, que poderão promover a capacidade sensorial para uma regressão às problemáticas implicadas por estes dois cartões, contudo bloqueadas, porventura por uma rigidez na relação com a imago materno.</p>
Relação com o Objeto	A relação com o objeto parece ser vaga, sem objeto de apoio, i.e., pode ser vista como uma relação anaclítica para com o objeto.
Tipo de Angústia	De separação ou perda objetal.

Protocolo (D)

I 1'' Λ 1. Uma mosca 6''	Vejo aqui, o corpo e as asas (...) só por causa do desenho
II 6'' Λ 2. Dois cães a beijarem-se 9''	Vejo aqui, a cabeça e as patas
III 2'' Λ 3. Duas pessoas a dançarem ou a tocarem qualquer coisa 7''	Vejo aqui, não distingo o sexo (...) é um homem e uma mulher por exemplo mas também parecem dois homens
IV 12'' Λ 4. Parece-me um cão 15''	Vejo aqui, parece as patas traseiras, as orelhas, a franja e o rabo (...) provavelmente é uma cadela por estar assim com as pernas abertas (...) deve estar a fazer xixi
V 5'' Λ 5. Parece-me uma borboleta 7''	Vejo aqui, as asas, a parte de trás e as antenas (...) está a voar
VI 17'' Λ Não sei 20''	Recusa

<p>VII 3”</p> <p>Λ</p> <p>6. Dois coelhos todos partidos (...) partidos como quem diz (...) do ponto de vista do talho, que ficam todos partidos</p>	<p>Vejo aqui, parece os coelhos quando estão a ser embalados no talho (...) a cabeça, o focinho, as patas e a parte de trás que não está muito parecido (...) parecem os coelhos para meter na covete</p>
<p>VIII 11”</p> <p>Λ</p> <p>Também não sei (...) Não se parece com nada</p> <p>14”</p>	<p>Recusa</p>
<p>IX 10”</p> <p>Λ</p> <p>Isto também não se parece com nada</p> <p>13”</p>	<p>Recusa</p>
<p>X 12”</p> <p>Λ</p> <p>7. Não sei (...) fogo de artifício (...) uma coisa do género</p> <p>16”</p>	<p>Vejo aqui, foi a única coisa que me pareceu por causa das cores (...) foi o que me lembrou pelas cores e por causa de quando explode, espalha (...) vejo tudo espalhado (...) normalmente é porque explodiu</p>
<p>Escolhas positivas</p>	<p>II – Gostei de ver o cão e a cadela a beijarem-se</p> <p>III – Porque gosto de dançar e gosto de festas e de estar nisso tudo junto</p>
<p>Escolhas negativas</p>	<p>VIII e IX – porque não consigo compreendê-lo.</p>

Quadro 4

Análise Sujeito 2 dissimulado (*Índice F-K < -15*) (D)

Movimentos de interesse ao longo da prova	<p>- A entrada no primeiro cartão é rápida e concisa, onde a banalidade é elaborada, já no Cartão II os elementos elaborados são desprovidos de sexo, só explicado aquando o sujeito escolhe este cartão como uma das suas escolhas positivas, ilustrando que se trata de um cão e de uma cadela a beijarem-se. Desta nota pode ressaltar a possibilidade de uma sexualidade do próprio sujeito algo desinvestida ou enfraquecida.</p> <p>- Neste cartão a ideia anterior pode ser ilustrada novamente se olharmos para o facto do sujeito não ter definido com certeza o sexo das personagens que coloca a dançar. Só no inquérito é que as personagens deixam de ser assexuadas, diferenciando uma personagem do sexo feminino e outra do masculino, embora no final atribua, sem certeza, o sexo maculino às duas figuras. Podemos ter a ideia de uma possível genitalização não desenvolvida pelo sujeito.</p> <p>- A resposta a este cartão é pouco investida, sendo no inquérito detalhada pelas ávrias partes que o sujeito elabora. Ao longo desta resposta de inquérito o sujeito define o sexo do elemento, “<i>uma cadela</i>” devido à postura corporal, “<i>com as pernas abertas</i>”. Finalmente investe-lhe uma ação que poderá ser tida como uma referência regressiva, “<i>deve estar a fazer xixi</i>”, o que poderá ser interessante, sendo este um cartão onde a problemática implicada se relaciona com a relação às figuras de autoridade.</p> <p>- O Cartão V é bem investido ressaltando uma banalidade esperada, já no Cartão VI este é recusado. Poderemos, mais uma vez, ter a ideia de que o sujeito não pode ter alguma dificuldade em integrar conteúdos que apelem à problemática da sexualidade, à imagem do cartão II e III.</p> <p>- No Cartão VII a entrada é rápida. Parece que por ser tão rápida o sujeito elabora uma resposta que de sguida tenta emendar. No entanto e sem certeza da ideia anterior, a elaboração da resposta dá conta de uma desvitalização do objeto. No inquérito o sujeito parece racionalizar a sua resposta, parcelando o objeto, trocando a pulsão agressiva “<i>partidos</i>” por “<i>embalados</i>” e finalizando com uma resposta pacífica e parecendo não conter carga agressiva, “<i>parecem os coelhos para meter na covete</i>”.</p> <p>- O início da resposta ao Cartão VIII pode relembrar-nos a transformação que ocorreu no cartão anterior, onde pareceu que o sujeito 'encobriu' o que de facto queria expressar, podemos ver isso, talvez, com o princípio da resposta, “<i>também não sei</i>”. Seguindo depois uma tentativa de explicar que não consegue elaborar nenhum objeto, “<i>não se parece com nada</i>”, mas fica-nos uma dúvida, que nada será este? Podemos porventura retirar desta resposta uma dificuldade na apreensão global, devido à desorganização que poderá antever da tensão do cartão anterior. O mesmo acontece no Cartão IX.</p> <p>- A elaboração do último cartão é iniciada por uma precaução verbal, “<i>não sei</i>”, e terminada com outra, “<i>uma coisa assim do género</i>”. A desorganização parece manter-se. Sobre o conteúdo poderá este estar associado a um domínio fálico, este que pode ser perigoso e explosivo.</p>
Mecanismos de Defesa	<p>- Retraimento libidinal encontrado nos Cartões VIII e IX, estes que foram bloqueados pela tensão advinda do Cartão VII.</p> <p>- Podemos verificar uma formação reativa no cartão VII, onde existe a transformação de uma carga agressiva para uma carga que parece mais pacífica. Neste cartão poderemos também encontrar uma desvalorização pelo que foi dito aquando elabora os elementos como “<i>partidos</i>”.</p>
Relação com o Objeto	A relação objetal parece ser uma relação que ondula entre a relação anaclítica e a relação total com alguma ambivalência.
Tipo de Angústia	O tipo de angústia presente pode ser vista como uma angústia pela perda do objeto

Anexo D

Pressupostos da Regressão Linear

Com o intuito de realizar uma regressão linear simples, é necessário ter em conta três pressupostos:

1 – Análise da Homocedasticidade dos Erros: A verificação deste pressuposto faz-se através da observação do gráfico com a distribuição dos erros de forma aleatória em torno de zero (Marôco, 2010) ou seja, o padrão da disposição dos pontos na linha não define um padrão claro (Marôco, 2010).

2 – Análise da Distribuição Normal dos Erros: A verificação deste pressuposto é analisada graficamente com a figura da probabilidade normal. Desta forma, se os erros tiverem uma distribuição normal vão distribuir-se, ainda que de forma um pouco irregular, na diagonal principal (Marôco, 2010).

3 – Interdependência dos Resíduos: Este pressuposto tem como objectivo verificar a existência de uma correlação serial entre os resíduos consecutivos. Esta avaliação é feita através do teste de Durbin Watson em que o resultado de d deve ter um valor próximo de 2. Desta forma, caso o valor de d esteja próximo de 2, a auto correlação residual não se verifica (Marôco, 2010).

Pressupostos da Regressão Linear – H.A1

Nas figuras 1 e 2 observa-se a Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice PST e o índice F-K:

Da análise da figura 1 e 2, verifica-se que os dois pressupostos da regressão linear foram cumpridos. Na primeira figura, verifica-se que os erros estão distribuídos de forma aleatória em torno de zero. Na segunda figura, é possível verificar que os erros se encontram mais ou menos distribuídos na linha diagonal, representando então uma distribuição aproximadamente normal (Marôco, 2010).

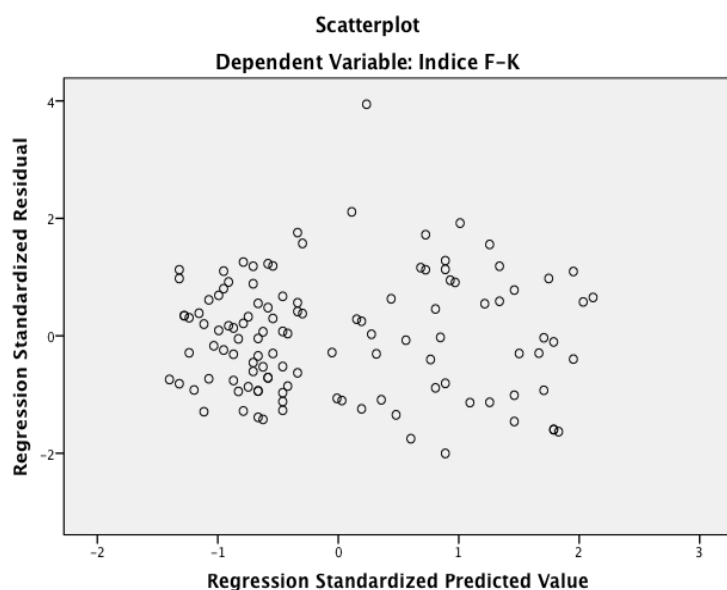


Figura 1 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice PST e o índice F-K

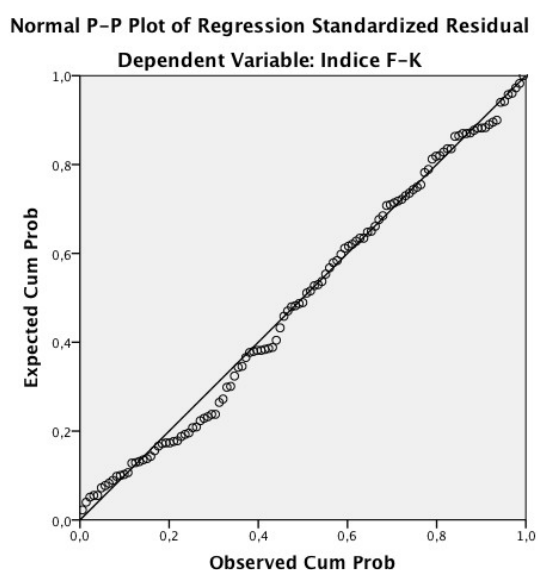


Figura 2 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice PST e o índice F-K

Com a tabela 1, é possível verificar o valor do Teste de Durbin Watson ($d= 1,367$), a partir do qual se conclui que existe autocorrelação entre os resíduos ($d\approx 2$) (Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 1					
<i>Teste Durbin-Watson da regressão linear entre o Índice F-K e o Índice PST</i>					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,661 ^b	,436	,431	6,70048223	1,367
Tabela 1					
<i>N=124</i>					

Pressupostos da Regressão Linear – H. B1

Da análise da figura 3 e 4, verifica-se que os dois pressupostos da regressão linear foram cumpridos. Na primeira figura, verifica-se que os erros estão distribuídos de forma aleatória em torno de zero. Na segunda figura, é possível verificar que os erros se encontram mais ou menos distribuídos na linha diagonal, representando então uma distribuição aproximadamente normal (Marôco, 2010).

Nas figuras 3 e 4 observa-se a Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total nas MPR:

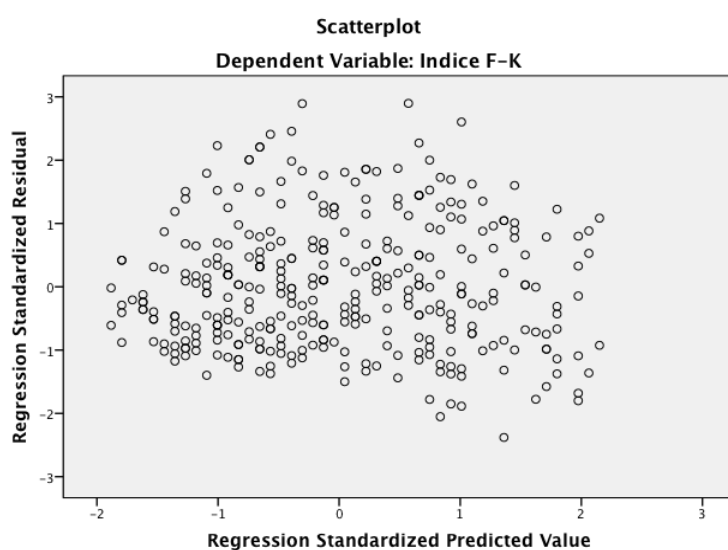


Figura 3 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total nas MPR

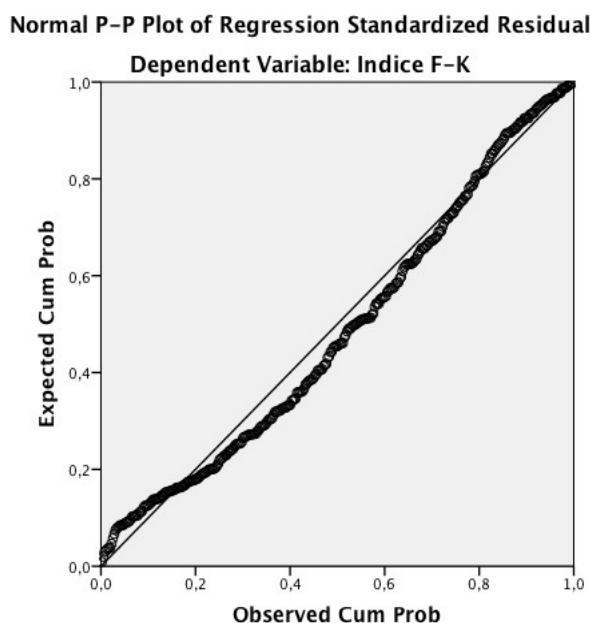


Figura 4 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total nas MPR

Na tabela 2 é possível verificar o valor do Teste de Durbin Watson ($d= 2.073$), a partir do qual se conclui que existe autocorrelação entre os resíduos ($d\approx 2$) (Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 2

Teste Durbin-Watson da regressão linear entre o Índice F-K e o Índice PST

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,372	,139	,136	8,46472280	2,073

Tabela 2

N=341

Pressupostos da Regressão Linear – H. B2.

Nas figuras 5 e 6 observa-se a Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total nas MPR (Q.I. > 89; N = 324):

Da análise da figura 5 e 6, verifica-se que os dois pressupostos da regressão linear foram cumpridos. Na primeira figura, verifica-se que os erros estão distribuídos de forma aleatória em torno de zero. Na segunda figura, é possível verificar que os erros se encontram mais ou menos distribuídos na linha diagonal, representando então uma distribuição aproximadamente normal (Marôco, 2010).

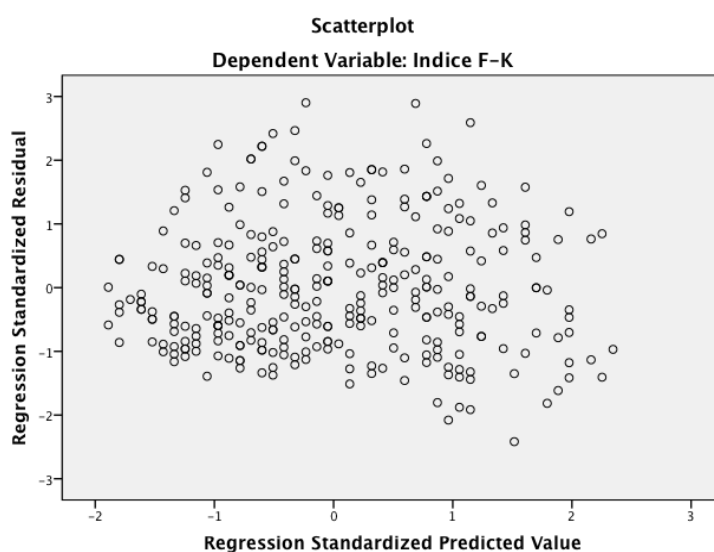


Figura 5 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total das MPR

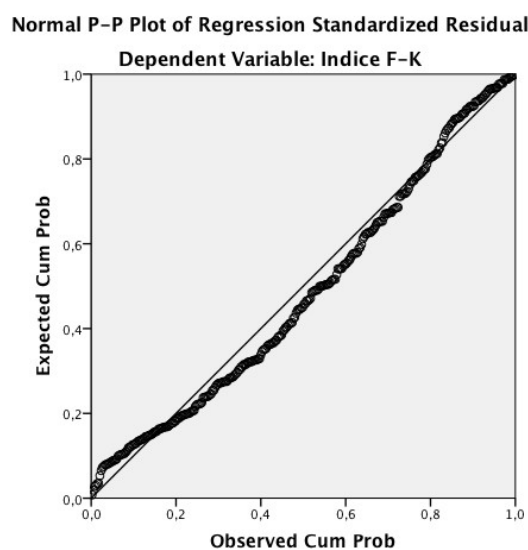


Figura 6 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total das MPR

Na tabela 3 é possível verificar o valor do Teste de Durbin Watson (d= 2.102), a partir do qual se conclui que existe autocorrelação entre os resíduos (d \approx 2) (Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 3					
<i>Teste Durbin-Watson da regressão linear entre o Índice F-K e o Índice PST</i>					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,370	,137	,135	8,43700074	2,102
Tabela 3					
<i>N=324</i>					

Pressupostos da Regressão Linear – H. B2

Nas figuras 7 e 8 observa-se a Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total WAIS-R (N=28):

Da análise da figura 5 e 6, verifica-se que os dois pressupostos da regressão linear foram cumpridos. Na primeira figura, verifica-se que os erros estão distribuídos de forma aleatória em torno de zero. Na segunda figura, é possível verificar que os erros se encontram mais ou menos distribuídos na linha diagonal, representando então uma distribuição aproximadamente normal (Marôco, 2010).

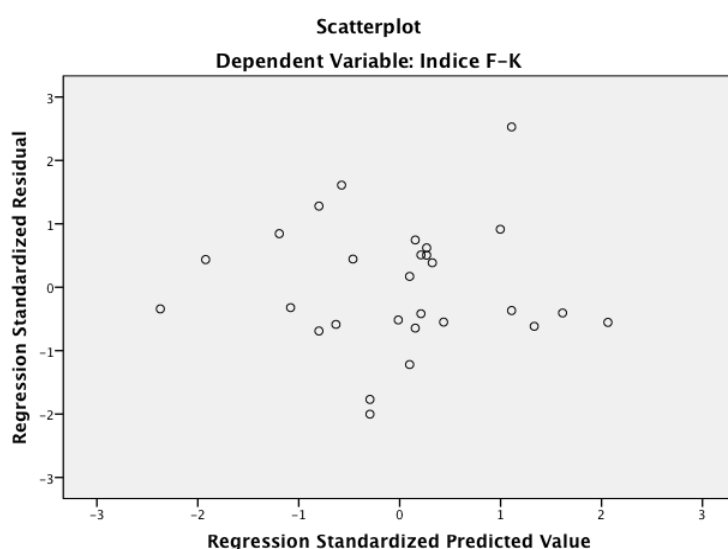


Figura 7 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total na WAIS-R

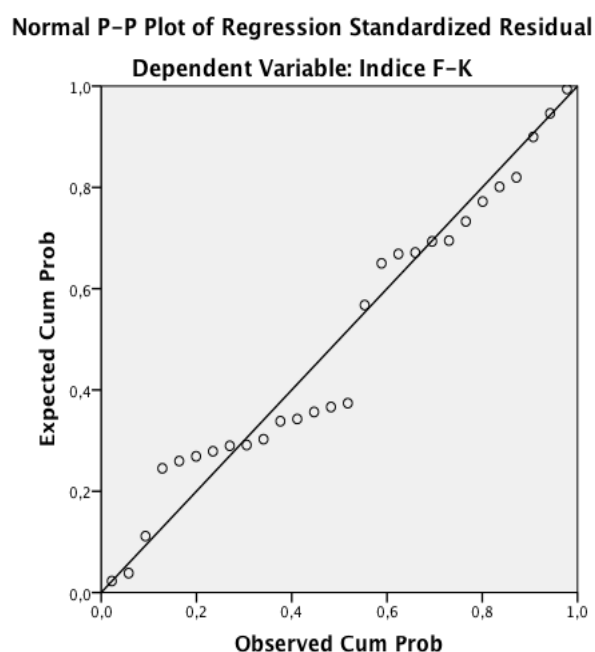


Figura 8 – Homogeneidade da Variância dos Resíduos e Normalidade dos Resíduos referentes à relação entre o índice F-K e o score total na WAIS-R

Na tabela 4 é possível verificar o valor do Teste de Durbin Watson ($d= 1.371$), a partir do qual se conclui que existe autocorrelação entre os resíduos ($d \approx 2$) (Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 4

Teste Durbin-Watson da regressão linear entre o Índice F-K e o Índice PST

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,075	,006	-,033	8,63335840	1,37

Tabela 4

$N=28$

ANEXO E

Idade dos sujeitos:

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idade	460	17	92	41,04	12,999
Valid N (listwise)	460				

Distribuição conforme o tipo de processo:

Tipo Processo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Pericia_ML_Psiquiatrica_159	171	37,1	37,2	37,2
Pericia_Personalidade_160	42	9,1	9,1	46,3
Avaliação_Pericial_Foro_Psicologico	29	6,3	6,3	52,6
178_OTM	168	36,4	36,5	89,1
PP_147/99	50	10,8	10,9	100,0
Total	460	99,8	100,0	
Missing System	1	,2		
Total	461	100,0		

Escalas Clínicas Minimult (sujeitos simulados):

Statistics									
		Hs_b	D_b	Hy_b	Pd_b	Pa_b	Pt_b	Sc_b	Ma_b
N	Valid	12	12	12	12	12	12	12	12
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mean	16,58	34,50	28,67	25,33	19,50	28,25	40,92	22,58
	Median	17,00	37,00	31,00	26,00	21,00	32,00	43,00	23,00
	Std. Deviation	6,543	9,269	6,998	4,716	3,289	7,712	10,113	2,811

Escalas Clínicas Minimult (sujeitos dissimulados):

Statistics									
		Hs_b	D_b	Hy_b	Pd_b	Pa_b	Pt_b	Sc_b	Ma_b
N	Valid	113	113	113	113	113	113	113	113
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		5,65	21,28	25,35	17,79	11,19	5,17	9,73	11,65
Median		4,00	20,00	24,00	18,00	10,00	4,00	7,00	11,00
Std. Deviation		3,857	4,346	4,385	3,299	2,318	4,293	6,090	2,456

Escala Clínicas SCL-90-R (amostra total):

Statistics										
		Som	Obs	Int	Dep	Ans	Hos	Fob	Par	Psi
N	Valid	117	117	117	117	117	117	117	117	117
	Missing	344	344	344	344	344	344	344	344	344
Mean		,79034	1,00752	,76043	,86983	,74786	,47581	,44547	,89624	,44410
Median		,42000	,80000	,55000	,53000	,40000	,33000	,14000	,66000	,20000
Std. Deviation		,846220	,846350	,789426	,863682	,803505	,669248	,675586	,858751	,624293

TIPOS DE PROCESSO
Relação entre Índice F-K

Perícia Médico-Legal vs Perícia Personalidade:

Mann-Whitney Test

Ranks				
	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Índice F-K	Pericia_ML_Psiquiatrica_159	171	109,69	18757,50
	Pericia_Personalidade_160	42	96,04	4033,50
Total		213		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	3130,500
Wilcoxon W	4033,500
Z	-1,288
Asymp. Sig. (2-tailed)	,198

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Médico-Legal vs Avaliação Pericial Foro Psicológico:

Mann-Whitney Test

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Pericia_ML_Psiquiatrica_159	171	102,03	17447,00
	Avaliação_Pericial_Foro_Psicologico	29	91,48	2653,00
	Total	200		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	2218,000
Wilcoxon W	2653,000
Z	-,908
Asymp. Sig. (2-tailed)	,364

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Médico-Legal vs Perícia Responsabilidades Parentais:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Pericia_ML_Psiquiatrica_159	171	211,41	36150,50
	178_OTM	168	127,85	21479,50
	Total	339		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	7283,500
Wilcoxon W	21479,500
Z	-7,855
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Medico-Legal vs Perícia Promoção e Proteção de Menores:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Pericia_ML_Psiquiatrica_159	171	120,11	20538,50
	PP_147/99	50	79,85	3992,50
	Total	221		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	2717,500
Wilcoxon W	3992,500
Z	-3,919
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Personalidade vs Avaliação Foro Psicológico:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Pericia_Personalidade_160	42	35,36	1485,00
	Avaliação_Pericial_Foro_Psicologico	29	36,93	1071,00
	Total	71		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	582,000
Wilcoxon W	1485,000
Z	-,316
Asymp. Sig. (2-tailed)	,752

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Personalidade vs Perícia Responsabilidades Parentais

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Pericia_Personalidade_160	42	135,37	5685,50
	178_OTM	168	98,03	16469,50
	Total	210		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	2273,500
Wilcoxon W	16469,500
Z	-3,566
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Personalidade vs Perícia Promoção Proteção:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Pericia_Personalidade_160	42	51,93	2181,00
	PP_147/99	50	41,94	2097,00
	Total	92		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	822,000
Wilcoxon W	2097,000
Z	-1,789
Asymp. Sig. (2-tailed)	,074

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Avaliação Foro Psicológico vs Perícia Responsabilidades Parentais:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Avaliação_Pericial_Foro_Psicologico	29	136,91	3970,50
	178_OTM	168	92,46	15532,50
	Total	197		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	1336,500
Wilcoxon W	15532,500
Z	-3,883
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Avaliação Pericial Foro Psicológico vs Perícia Promoção e Proteção de Menores:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	Avaliação_Pericial_Foro_Psicologico	29	47,50	1377,50
	PP_147/99	50	35,65	1782,50
	Total	79		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	507,500
Wilcoxon W	1782,500
Z	-2,215
Asymp. Sig. (2-tailed)	,027

a. Grouping Variable: Tipo Processo

Perícia Perícia Responsabilidade Parentais vs Perícia Promoção e Proteção de Menores:

Ranks

	Tipo Processo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Indice F-K	178_OTM	168	105,01	17641,50
	PP_147/99	50	124,59	6229,50
	Total	218		

Test Statistics^a

	Indice F-K
Mann-Whitney U	3445,500
Wilcoxon W	17641,500
Z	-1,930
Asymp. Sig. (2-tailed)	,054

a. Grouping Variable: Tipo Processo